

MESA DIRETORA FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

GEORGE MELO
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Ionilson Sampaio – PSB;
Deputado Flamarion Portela – PTC;
Deputado Jalsler Renier – DEM;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB;
Deputado Chicão da Silveira – PDT;
Deputado Coronel Chagas – PRTB; e
Deputado Brito Bezerra – PP.

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank – PMN;
Deputado Soldado Sampaio – PC do B;
Deputado Coronel Chagas – PRTB;
Deputado Dhiego Coelho – PSL; e
Deputado Remídio Monai – PR.

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz – PV;
Deputado Marcelo Natanael – PRB;
Deputado Célio Wanderley – DEM;
Deputado Remídio Monai – PR; e
Deputado Gabriel Picanço – PSB.

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley – DEM;
Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputado Marcelo Natanael – PRB;
Deputado Marcelo Cabral – PPS;
Deputado Flamarion Portela – PTC;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB; e
Deputado Ivo Som – PTN.

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Ivo Som – PTN;
Deputado Coronel Chagas – PRTB;
Deputado Jânio Xingú – PSL;
Deputado Mecias de Jesus – PRB; e
Deputado Soldado Sampaio – PC do B.

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço – PSB;
Deputado Erci de Moraes – PPS;
Deputado Naldo da Loteria – DEM;
Deputada Ângela Águida Portella – PSC;
Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputado Marcelo Cabral – PPS.

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú – PSL;
Deputado Dhiego Coelho – PSL;
Deputado Jalsler Renier – DEM;
Deputado Soldado Sampaio – PC do B; e
Deputado Erci de Moraes – PPS;
Deputado Coronel Chagas – PRTB.

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael – PRB;
Deputado Gabriel Picanço – PSB;
Deputado Ionilson Sampaio – PSB;
Deputada Ângela Águida Portella – PSC; e
Deputado Joaquim Ruiz – PV.

Suplentes:

1º - Deputado George Melo – PSDC; e
2º - Deputado Célio Wanderley – DEM.

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus – PRB;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB;
Deputado Erci de Moraes – PPS;
Deputado Marcelo Cabral – PPS; e
Deputado Chicão da Silveira – PDT.

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra – PP;
Deputado Jalsler Renier – DEM;
Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Jean Frank – PMN; e
Deputado Ivo Som – PTN.

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela – PTC;
Deputado Remídio Monai – PR;
Deputado Gabriel Picanço – PSB;
Deputado Naldo da Loteria – DEM;
Deputado Marcelo Natanael – PRB;
Deputada Ângela Águida Portella – PSC.

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella – PSC;
Deputado Mecias de Jesus – PRB;
Deputado Jânio Xingú – PSL;
Deputada Aurelina Medeiros – PSDB; e
Deputado Dhiego Coelho – PSL.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio – PC do B;
Deputado Marcelo Cabral – PPS;
Deputado George Melo – PSDC;
Deputado Erci de Moraes – PPS; e
Deputado Flamarion Portela – PTC.

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho – PSL;
Deputado Ivo Som – PTN;
Deputado Mecias de Jesus – PRB;
Deputado Naldo da Loteria – DEM; e
Deputado Remídio Monai – PR.

SUMÁRIO

Atos Administrativos

Memo Circular SUP. ADM. Nº 05/2013	2
Resoluções nº 105 a 108/2013	2
Atos Legislativos	
Requerimento nº 010/2013	3
Ofício nº 007/2013 - Gab. Dep. Coronel Chagas	4
Ata da 2176ª Sessão Ordinária - Íntegra	4
Ata da 2179ª Sessão Ordinária - Íntegra	13

MATERIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
Gerente de Documentação Geral

FLÁVIA DAYANE DOS SANTOS SILVA
Diagramação

ATOS ADMINISTRATIVOS

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA MEMORANDOS EXPEDIDOS

Memo Circular SUP. ADM. Nº 05/2013

Boa vista-RR, 25 de março de 2013.

Da: Superintendência Administrativa

IlmoSr(a): Deputados, Superintendentes, Diretores (a), Gerentes, Coordenadores (a) e Assessor (a) da ALE-RR.

Em virtude de manutenção à ser realizada na subestação de distribuição de energia elétrica desse Poder Legislativo, fica decretado ponto facultativo no dia 28 (vinte e oito) do corrente mês e ano.

Atenciosamente,

AIAS VIANA BENTO

Superintendente Administrativo

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS

RESOLUÇÃO Nº 105/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **BENVINDA THOMÉ AVELINO**, Matrícula 010637 e **ÍKARO BEZERRA CARVALHO DA COSTA SANTOS**, Matrícula 012310, para viajarem com destino a cidade de São Paulo-SP, no período de 26.03 a 30.03.2013, com a finalidade de acompanharem os serviços técnicos que serão efetuados no Sistema - FP (reparação e recuperação da base de dados) desta Casa Legislativa, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 25 de março de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO
Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 106/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **LAUDIMAR LAUREANO SAMPAIO**, Matrícula 012947, **JÂNIO TAVARES**, Matrícula 012620, **CHARLES WELLINGTON PEREIRA DE ARAÚJO**, Matrícula 012942 e **APARECIDO JURANDIR EGÍDIO SANCHES**, Matrícula 009808, para viajarem com destino ao município de Amajari, no dia 25.03.2013, com a finalidade de acompanharem a equipe do CHAME que participarão do evento junto à Prefeitura daquele município, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 25 de março de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 107/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **NIURA CARDOSO DE SOUZA**, **Diretora Administrativa**, para viajar com destino a cidade de São Paulo-SP, no período de 26.03 a 04.04.2013, com a finalidade de tratar de assunto referente ao Sistema da Folha de Pagamento desta Casa de Leis junto à CEBI, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 25 de março de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 108/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do servidor **ROBERT GIL RODRIGUES ALMEIDA**, Matrícula 000020, para viajar com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 25.03 a 03.04.2013, com a finalidade de realizar treinamento para elaboração de Layout de nota de empenho e contábil orçamentário desta Casa de Legislativa junto à ALE-AM, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 25 de março de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário



ATOS LEGISLATIVOS

REQUERIMENTOS

EXCÉLENTÍSSIMO SENHOR DEPUTADO FRANCISCO DE SALLS GUERRA NETO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

Requerimento nº 010/13

OBJETO: REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

As Deputadas e Deputados signatários que este subscrevem, nos termos do artigo 31º, § 2º, da Constituição do Estado de Roraima e do artigo 45 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, REQUEREM a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito com o objetivo de apurar como fato determinado a responsabilidade por danos ao consumidor na prestação inadequada de serviços de telefonia oferecidos pelas operadoras que atuam no Estado de Roraima, nos termos do artigo nº 24, VIII da Constituição Federal, referente: (1º) falta de investimento e defasagem tecnológica nos equipamentos; (2º) áreas com coberturas, mas sem sinal ou com sinal deficiente; (3º) queda frequente de ligações telefônicas; (4º) má prestação na transmissão de dados; (5º) forma de cobrança dos cartões pré-pagos; (6º) resolatividade dos serviços de centrais de atendimento ou call center na solução das reclamações dos consumidores.

JUSTIFICATIVA

Entende-se por democracia consolidada quando as suas dimensões convergem em harmonia. A democracia em sua dimensão substancial é o regime político que temos como princípio e fim a pessoa humana, e o Estado o meio para promoção de seus direitos fundamentais, anteriores à organização estatal. A dimensão processual ou instrumental é compreendida como um processo político de

controle e participação do Estado pela sociedade civil.

O povo brasileiro pela sua formação cristã formou uma nação substancialmente democrática. A pessoa humana e sua dignidade inalienável é algo difuso na sociedade brasileira. Contudo, sendo o Brasil, típica nação criada de cima para baixo, onde o Estado antecedeu e formou o povo, na maior parte da nossa história careceu de instituições políticas estáveis para aprimoramento da democracia em sua dimensão processual.

A cidadania até então era passiva. O cidadão brasileiro limitava-se a votar e a ser votado em eleições periódicas e ficava, em sua maioria, inerte entre uma eleição e outra. Mas isso está mudando. Hoje, a sociedade civil brasileira está amadurecendo. Passa a compreender a cidadania como um conceito ativo, como um processo político de participação e controle permanente e contínuo do Estado pela sociedade civil. E isso se dá através de grupos de interesses ou de pressão, organizados e articulados com o Parlamento, órgão maior que representa a pluralidade política e cultural do povo brasileiro, principalmente através de frentes parlamentares pluripartidárias.

O Estado brasileiro, desde o Período Colonial, somente é eficiente num único serviço: cobrar tributos. Todos os demais, prestados diretamente pelo Poder Público ou indiretamente por particulares por delegação de serviço público, entre elas a de telefonia, são ineficientes. Em uma relação custo/benefício, o usuário paga caro por serviço de má qualidade e sem transparência na composição da conta.

A luta da sociedade civil organizada, através da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, é a favor do cidadão usuário de serviço público. É uma cidadania ativa

que luta pela prestação adequada do serviço por parte das concessionárias e permissionárias de serviço público, como as de telefonia. As regras do artigo 6º e 7º da citada Lei Federal nº 8.987/95, estabelecem que "o usuário tem o direito a receber serviço adequado, que significa satisfazer as condições de regularidade, continuidade, eficiência, atualidade, generalidade, modicidade das tarifas, cortesia na sua prestação e segurança".

O respeito aos direitos do usuário é algo novo na história jurídica brasileira. É um desdobramento recente da cidadania ativa ao encarar o usuário não mais como sujeito passivo, objeto somente de obrigações, em uma situação de inferioridade jurídica frente à Administração Pública e suas concessionárias. É agora sujeito ativo, princípio e fim da Administração Pública em um Estado Democrático de Direito.

O serviço de telefonia é serviço público. Pode ser prestado diretamente pelo Poder Público Federal ou mediante delegação previamente licitada. É regulado e fiscalizado pelo Poder Público por agências reguladoras, como a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Contudo, como foi dito acima, trata-se de algo novo no Brasil e que em termos de mentalidade há ainda muito que evoluir por parte das operadoras de serviços públicos, mais preocupadas em ganhar dinheiro do que prestar um serviço adequado. Assim, os usuários são as grandes vítimas do poder econômico e ficam indefesos pela inércia do Estado para proteger os seus direitos desrespeitados.

Esse quadro de desrespeito aos usuários se dá pela ineficiência de fiscalização do Poder Público que não aplica as sanções cabíveis. A reclamação por falta de serviço adequado vira uma via sacra. Após longa espera informações imprecisas, o resultado é que o usuário não tem seus direitos respeitados. Infelizmente, as empresas de

telefonia sabem dessa realidade e dela tiram proveito para não terem despesas e aumentarem seu lucro. Algumas até aplicam o engodo das "ouvidorias", mas o resultado concreto é do conhecimento do público. Tudo não passa de truque de marketing para promoção institucional dessas empresas.

Os danos aos consumidores por prestação ineficiente dos serviços de telefonia não é um problema restrito somente ao território de Roraima. É um problema nacional, comum em todo Brasil. E o Parlamento não poderia ficar omissivo diante de tão grave problema, levando em conta a tradição de que os grandes avanços na defesa dos consumidores deu-se através da via parlamentar. É o caso das TVs a cabo e planos de saúde. Muitas vezes, as agências reguladoras tomam decisões que favorecem as operadoras. E as CPIs, como principal instrumento de investigação e pressão do Parlamento, exerce um papel de pressão importante, até porque possui os mesmos poderes instrutórios das autoridades judiciais.

Na Câmara dos Deputados foi protocolado requerimento para criação de CPI. Contudo, até o momento não se efetivou. Diante da urgência e a gravidade do assunto, a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (UNALE) está capitaneando um momento nacional de criação de CPIs estaduais.

Não se está a pedir a investigação das operadoras de telefonia. Não é essa a ótica, mas sim a de apurar a responsabilidade por dano ao consumidor, conforme previsto no inciso VIII, do artigo 24 da Constituição Federal, que estabelece essa matéria como da competência concorrente dos Estados Federados.

Apesar de o Parlamento Roraimense ainda não ter tradição em CPIs espera-se que com a CPI de TELEFONIA

Handwritten signatures and initials are scattered throughout the page, including names like 'Francisco de Salls Guerra Neto', 'Antonio Carlos de Azevedo', and others, along with various scribbles and marks.

possamos prestar um bom serviço à sociedade roraimense.

Sala das Sessões, em março de 2013.

NOME	ASSINATURA	PARTIDO
DEPUTADO CORONEL CHAGAS		PRTB
		PPS
Joaquim Ruiz		PU
Remídio Manoel Martins		PR
João de Souza Pinheiro		PMN
Francisco dos Santos Simplicio		PCdoB
Cláudio Wanderley		DEM
Luiz Carlos Miranda		PRB
Francisco Flamarion Batista		PTC

CPI DA TELEFONIA

NOME	ASSINATURA	PARTIDO
Renato de Azevedo Brito		PSDB
Roberto Azevedo Brito		DEM
Geórgio Picanço		PSB
João José de F. Jr.		PSL
Jalser Renier		DEM
Luiz Carlos Miranda		PRB
Chicão da Silveira		PDT
Leandro Frank		PMN
Luiz Carlos Miranda		PRB

CPI DA TELEFONIA

NOME	ASSINATURA	PARTIDO
José Carlos de Jesus		PSB
J. R. NUNES GUERREIRO		PSDB
George Melo		PSDC
Angela Augusta Fortes		PTC

RECEBIDO DOS DEPUTADOS: OFÍCIOS EXPEDIDOS



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
"Aracaju, Patrimônio dos Brasileiros"



GABINETE DO DEPUTADO CORONEL CHAGAS

Ofício nº 044/2013.

Palácio Antônio Martins, 12 de março de 2013.

Excelentíssimo Senhor
Francisco de Sales Guerra Neto
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, cordialmente, comunico a Vossa Excelência que renuncio a minha participação como Membro da Comissão Especial Externa, criada por meio da Resolução nº 006/13, "Para, nos termos do Ato Normativo nº 001/12 e Requerimento nº 046/12, ouvir o Senhor Jorge Everton Barreto Guimarães, Diretor-Presidente do DEFRAN.

Atenciosamente,

Coronel Chagas
Deputado Estadual

Maria Auxiliadora de Lima Figueiredo
Secretária de Gabinete do Presidente

SECRETARIA LEGISLATIVA - GERÊNCIA DAS COMISSÕES - PALÁCIO ANTÔNIO MARTINS
Praça do Senhor Chagas, 1111 - Boa Vista - Roraima - CEP: 69000-000 - Fone: (68) 3611-1111
CNPJ: 06.905.000-00 - Boa Vista - Roraima - Brasil - 69000-000

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2176ª SESSÃO, EM 26 DE FEVEREIRO DE 2013.
45º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

ORDINÁRIA

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.

Às nove horas do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima septuagésima sexta Sessão Ordinária do quadragésimo quinto período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Convido o Senhor Deputado George Melo para atuar como primeiro Secretário.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quorum.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, há quorum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário, Deputado George Melo - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte.

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

- Memorando nº 09/13, de 20/02/2013, do Deputado Brito Bezerra, solicitando a realização da entrega da Comenda Orgulho de Roraima, apresentada nesta Casa por meio do Projeto de Decreto Legislativo nº 029/11 em 20/12/2011.

EXTERNOS:

-Ofício nº 068/13, de 21/02/2013, encaminhando à apreciação e deliberação dessa Casa Legislativa o Projeto de Lei que dispõe sobre a Revisão Geral Anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Tribunal, para o exercício de 2013 e dá outras providências.

-Ofício nº 090/13, de 05/02/2013, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, informando o novo presidente e a nova Mesa daquele Poder.

-Correspondência S/Nº, de 08/02/2013, da Microsoft, enviando folder com os programas disponíveis para o mercado de trabalho.

-Ofício nº 01/13, de 06/02/2013, do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas, parabenizando pela reeleição no cargo de Presidente desta Casa.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

A Senhora Deputada Ângela Portella – Bom dia a todos e a todas. Cumprimento a Mesa Diretora em nome do Presidente em exercício, Deputado Coronel Chagas, nobres Deputados e Deputadas, imprensa, servidores, senhoras e senhores. É com grande satisfação que venho à Tribuna para falar sobre as transformações positivas que vêm acontecendo em Roraima, fruto do trabalho de pessoas comprometidas com este Estado: nosso Governador Anchieta Júnior; nossa Primeira Dama Sheridan; nosso Senador Romero Jucá, juntamente com o Deputado Luciano Castro e demais Deputados Federais; nós Deputados Estaduais, que estamos mais próximos da população no dia a dia, todos irmanados no objetivo do desenvolvimento integral deste Estado. Temos lutado sem descanso para isso, estruturas físicas são imprescindíveis e vem acontecendo de forma crescente. Soma-se a isso a valorização das pessoas, o que é mais importante. Isso é percebido em muitas ações que vêm complementando esse intuito do desenvolvimento e do engrandecimento do nosso Estado. A união entre Governo e Prefeitura está otimizando custos e resultados das ações e estão presentes na maioria dos bairros da capital, onde encontramos várias equipes trabalhando na rede de água e esgotos, na limpeza pública, na pavimentação das ruas e avenidas. Obras estas que irão apresentar resultados positivos diretamente ligados à saúde pública, à segurança no trânsito e ao bem estar das pessoas. Eu estive percorrendo todo o Estado e é visível o desenvolvimento agrícola de todas as regiões. Nas visitas realizadas nas sedes dos Municípios, a falta de energia elétrica estava sempre em discussão. Isso agora é passado. Hoje o Governo do Estado ampliou a rede de energia em boa parte do interior do Estado. E, ainda, o asfalto está acontecendo em todos os lugares, para o rápido escoamento da produção e para o transporte das pessoas com comodidade. Tudo isso é uma grata realidade. Em Nova Colina, os agricultores das vicinais 16 e 26 não possuem mais problemas com a escoação dos produtos. Por conta do asfalto, os alimentos chegam à capital sem oferecer prejuízos ao bolso do produtor e também dos consumidores. Em Rorainópolis não é diferente, a vicinal 01(um) também já recebeu asfalto de qualidade. Podemos citar outros Municípios que vêm recebendo gradativamente todos esses benefícios, como Caracará, que ganhou o asfalto na vicinal do Itã; Iracema, no tronco de Campos Novos; Mucajaí, no entroncamento do Roxinho; em Alto Alegre, o asfaltamento do trecho que liga o Município com Mucajaí, completando também Samaúma, é uma grata realidade. No Cantá, a pavimentação asfáltica nos trechos que ligam as vilas até a sede do Município já garante tranquilidade à população. Quero dizer que recentemente o Governador Anchieta assinou a ordem de serviço da vicinal de São Francisco, no Bonfim. Quem ganha é a comunidade. Quero parabenizar e agradecer ao senhor Governador pelo desenvolvimento do nosso Estado e o apoio a todas as regiões produtoras de Roraima. Um grande abraço e obrigada.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores aqui presentes, meu cordial bom dia. Senhor Presidente, o tempo está corrido para fazer nossa fala, portanto, vou tentar ser bem breve e sucinto, pois o uso da Tribuna hoje é mais para pedir o apoio aos colegas Deputados presentes, para votar dois requerimentos que solicitei à Presidência que os colocassem em votação. E esses requerimentos, no meu ponto de vista, são essenciais para a sociedade roraimense, são requerimento para audiências públicas. O primeiro requerimento, senhoras e senhores Deputados, trata-se da solicitação de uma audiência pública, no dia 21 de março, para discutirmos a real situação dos serviços públicos oferecidos aos dependentes químicos. Temos visto na mídia, gostaria

que nosso amigo Quinho, que se encontra nas galerias, ficasse de pé. Ele tem andado nos quatro cantos deste Estado, junto às autoridades, pedindo uma maior efetivação dos serviços públicos oferecidos a essas pessoas. Só quem tem um dependente químico na família é que sabe quanto é grande o sofrimento. E o que é pior, senhoras e senhores, é que essas famílias recorrem ao Poder Público, pois é dever do Estado oferecer tratamento a essas pessoas, mas, infelizmente, hoje, a Secretaria de Saúde e o Poder Público não estão preparados para atender essa demanda e aí as famílias ficam num desespero e ficam apelando para a comunidade terapêutica Deputado Joaquim, Vossa Excelência conhece muito bem o trabalho da Fazenda Esperança, a Casa Pai, Água e Pão e outras comunidades que tentam, em um esforço extraordinário, ajudar essas pessoas. Mas, para tratar, para recuperar uma pessoa dessa, gera-se despesa, gera-se custos e essas entidades muitas vezes não têm como arcar com esses custos e as famílias que levam seus entes queridos, seus filhos e seus parentes a essas entidades não têm condições de pagar uma mensalidade para tentar recuperar aquele dependente. Então, Deputado Joaquim, estamos requerendo, e por isso peço o apoio de todos, para fazermos uma audiência pública no dia 21 de março para chamarmos aqui o Secretário de Saúde, as entidades filantrópicas, o Ministério Público, toda a comunidade e inclusive as famílias que tem esse problema com seus entes queridos para buscarmos uma discussão. Nossa intenção é das melhores, é sairmos daqui dessa audiência pública com proposições concretas. Ou o Estado de imediato cria uma Casa, uma clínica de recuperação ou faz uma parceria com essas entidades para dar suporte financeiro e técnico para que elas possam ajudar esses jovens, senhoras e senhores que caíram na dependência química. Por isso, peço ao Presidente, Deputado Chagas, que coloque este requerimento na Ordem do Dia de hoje e peço aos nobres Deputados que me apoiem nessa discussão. Não quero me aprofundar porque acho que vai esvaziar até a audiência Pública, cabe a ela fazer essa discussão e sairmos daqui com resultados concretos de encaminhamento junto ao Poder Público de como buscarmos a solução.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Vossa Excelência está falando de dependente químico, e tenho um filho dependente químico. Eu perdi meu filho para as drogas e acredito que Deus existe e que ainda posso recuperá-lo. Sei o que as pessoas que têm um dependente químico em casa passam. Sou favorável que se amplie o que Vossa Excelência está colocando. Já estudei muito, trabalho muito em cima disso e acredito que o Estado não tenha competência para tratar dos dependentes químicos. Estou buscando e já consegui até o local para funcionar a Fazenda Esperança feminina, mas a burocracia do Estado não permitem que as coisas sejam agilizadas. Vou participar da audiência, vou dar meu apoio, mas acho que tem que ser envolvida a Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social, pois muitos recursos que podem ser alocados para essa causa são via Secretaria do Trabalho e bem estar social, porque é a área social que pode captar recursos do Governo Federal. Mas, sou a favor que o Estado dê suporte, como Vossa Excelência está colocando, para essas entidades que já existem, que dê apoio técnico com profissionais que possam melhorar o atendimento das instituições privadas que já estão fazendo esse trabalho social em Roraima. Várias pessoas já foram recuperadas nessas casas. Hoje o grande problema, a grande dificuldade nossa é a parte feminina, pois não tem nenhuma instituição trabalhando para atender o público feminino com dependência química. Obrigada.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua – Obrigada pelo aparte. Peço que seja incorporado ao meu pronunciamento. Deputado Joaquim, vou mais além, convido Vossa Excelência a assinar comigo este requerimento, para ser de nossa autoria e concordo com Vossa Excelência no que diz respeito a estender esse convite para outras entidades governamentais e não governamentais que não citei no meu requerimento. Também tenho dependente químico na família e sei o quanto é doído para a família lidar com essa situação. Fico feliz de contar com Vossa Excelência e quero compartilhar essa responsabilidade dessa audiência pública com Vossa Excelência.

Senhoras e senhores, o outro requerimento que solicitei que fosse colocado em pauta é um requerimento que nos permitirá discutir junto ao Executivo, junto aos sindicatos dos servidores e associações, através de uma audiência pública, a reposição salarial dos servidores. Ultimamente, nos últimos quatro anos, o Governo do Estado congelou, como se a economia não fosse dinâmica, a reposição concedida aos servidores que é apenas de 4,5%. Isso ocorreu em 2010, 2011 e 2012 e vai ser em 2013 também. Em compensação, o IPCA mede a inflação algo em torno de 5,9, 6,9, 5,83, ou seja, todo ano aqui ocorre uma

média de 2% de perda salarial para os servidores públicos. E o que é pior é que quando vem a proposta, a mensagem governamental para esta Casa, não podemos alterar, pois se cria despesa, ou seja, o Legislativo apenas aprova ou reprova, e, para o servidor não ficar sem nada, somos obrigados a votar os 4,5% que vêm do Executivo. Às vezes, sabemos que há recursos, pois a LDO foi votada com crescimento real em torno de 8% este ano e em anos anteriores foi bem maior, pois era a soma do IPCA mais PIB, e o Governo do Estado simplesmente concede apenas 4,5% de reposição salarial. Então, fica meu pedido para que seja aprovado este requerimento para uma audiência pública. Depois podemos definir uma data junto com a Mesa Diretora, mas não podemos nos isentar, pois, se deixarmos para depois de maio, não há mais tempo para resolver. Queremos chamar aqui essa discussão junto à Secretaria de Planejamento, à Secretaria de Administração do Estado, juntamente com os sindicatos, para fazermos essa discussão sobre os ganhos e as perdas acumuladas para os servidores no decorrer desses últimos quatro anos. Esse é meu pedido de apoio para os Deputados e a Mesa Diretora no dia de hoje. Obrigado.

O Senhor Deputado Remídio Monai - Senhor Presidente, Senhores Deputados, amigos que nos visitam, imprensa, funcionários aqui desta Casa. Eu, depois de um longo tempo longe da Tribuna, agora recomeçando o ano, estou de volta aqui para fazer um relato. Semana passada, fiz uma viagem a Georgetown, onde acompanhei uma delegação do governo brasileiro para participar da primeira reunião Brasil/Guiana, para tratar da infraestrutura daquele País. Fui a convite do Governo do Estado, juntamente com o secretário Sérgio Pillon, onde fomos discutir as reuniões para o asfaltamento da estrada que liga Lethen a Lindem. Foi discutido, também, a construção de duas hidrelétricas no Rio Mazarone, na Guiana, e a construção de um porto em águas profundas, em Barbiz. A discussão, a princípio, se formou em torno de como seriam os recursos para a construção dessa hidrelétrica da estrada e do porto. O governo brasileiro, a princípio, está disposto, através do BNDES, de financiar essa infraestrutura na Guiana, mas o governo brasileiro, pela legislação, está impedido de doar esses recursos, de fazer infraestrutura em outro país. O que o governo pode fazer, como fez na Venezuela, é financiar a obra através do BNDES. O governo da Guiana alega que não tem capacidade financeira de tomar esse empréstimo, porque vejam, deputados, só as hidrelétricas custarão em torno de 10 bilhões, a estrada está orçada em mais de 180 milhões e ainda estão finalizando os valores do porto. Está em Georgetown um consórcio formado pela OAS e pela Queiroz Galvão, que estão levantando o custo dessas obras. Então, a princípio, o governo brasileiro foi lá ouvir os técnicos e o governo da Guiana para saber qual a sua intenção com essa infraestrutura. O governo da Guiana foi bem claro nas colocações, que é de vital importância para a Guiana. A Guiana quer ser parceira do Brasil e esta estrada será a ligação definitiva para que a Guiana possa, então, através do porto de Barbiz, receber a produção da Região Norte, a exportação da produção da Região Norte, receber a exportação e a importação da Zona Franca de Manaus, do Pólo Industrial de Manaus, através desse porto de águas profundas. A Guiana apresentou um levantamento muito detalhado que informa que o custo do frete de Manaus, pela Guiana, cairá em torno de quase 50%, em relação à exportação por outros portos. Quero aqui chamar a atenção das nossas entidades de classes, das nossas instituições empresariais de Roraima e do Amazonas, porque o governo brasileiro e o governo guianense estarão discutindo aqui uma questão de grande importância para a Região Norte e nós não vemos nenhuma entidade empresarial envolvida, interessada, se movimentando. A própria Zona Franca de Manaus com esta estrada, com o porto de Barbiz, terá uma redução do custo do frete para exportar para a Europa e a gente não vê nenhuma movimentação. Com relação às hidrelétricas, uma terá a capacidade de 1500 megawatts e a outra de 3 megawatts. A Guiana consome hoje em torno de 108 megas. A Guiana quer para seu consumo apenas 200 megas e o restante será exportado para o Brasil. O Linhão que está vindo de Manaus para Boa Vista, que se ligará à Rede Nacional, seria para captar essa energia da Guiana para interligar no sistema nacional, juntando com a do Bem-Querer, com a do Paredão, provavelmente, porque o Governo Federal, no meu entendimento, não está vindo aqui para oferecer soluções para Roraima, ele está vindo aqui para captar energia. Talvez, por isso é que há intenção de construir essas hidrelétricas na Guiana para captar energia para o sistema nacional, para poder, então, justificar a vinda desse linhão de Manaus para cá.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Deputado Remídio, eu estou escutando atentamente o pronunciamento

aqui na Casa. Veja bem, nós temos culpa, também, da SUFRAMA não ter dado uma atenção mais especial para as nossas fronteiras. Nós temos aqui uma comissão nesta Casa, específica, para áreas de fronteiras. Agora, no mês de março, vai haver um evento fortíssimo lá em Manaus, especificamente na SUFRAMA, com a presença, pela primeira vez, no Governo Dilma, do Ministro da Indústria e Comércio, cuja instituição SUFRAMA é vinculada. O Ministro vai estar lá. Nosso Presidente está em Manaus em uma reunião na Assembleia Legislativa, e seria fundamental que a Comissão fosse a Manaus nesse evento, que participasse desse evento e mostrasse para os empresários e para a instituição SUFRAMA da importância da Guiana para o mercado amazonense, para o Parque Industrial do Amazonas, que nos beneficiaria. Agora, há ainda um outro detalhe importante, nós temos um diretor na SUFRAMA que é daqui de Roraima, vinculado ao PT, que é do nosso Estado, que pode contribuir muito nesse sentido. O caso da hidrelétrica, o porquê da construção das hidrelétricas na Guiana, porque as grandes empresas brasileiras como a Camargo Correa, Mendes Júnior, elas estão construindo no Peru, na Venezuela, na Bolívia, e, agora, com interesse na Guiana, porque a rigidez dos órgãos ambientais no Brasil está tão grande que é mais fácil para eles investirem nos países que compõem as fronteiras do Brasil, para que vendam energia para a gente. Esse é o paradoxo do desenvolvimento brasileiro na gestão do PT.

O Senhor Deputado Remídio Monai continua. – Senhor Presidente, só para encerrar, eu quero registrar que dia 25 e 26 haverá uma nova rodada de reuniões em Georgetown, onde as delegações de dois países pretendem avançar nesse acordo aí, para ver se acham uma solução para que essa infraestrutura na Guiana possa acontecer. Então, fica aqui o meu alerta, o meu pedido, para que as entidades de Roraima, a própria Assembleia Legislativa, que possamos nos movimentar junto aos nossos Deputados Federais, aos Senadores, para que possamos fazer com que isso aconteça. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Ivo Som – Bom dia, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa e demais presentes. Senhora Presidente, uso a Tribuna hoje para informar que estive no vizinho Estado do Amazonas, juntamente com o Presidente desta Casa, para tratar, justamente, do descaso da Venezuela para com os brasileiros, especialmente, os de Roraima. Quero agradecer ao Wander Araújo Mota, Direto Geral da Assembleia Legislativa do Amazonas; ao Wander Boss, Procurador Geral da Assembleia Legislativa do Amazonas, aos Deputados Belarmino Lins, ao Tonny, ao Artur Virgílio Neto e aos demais Deputados que nos receberam naquela Assembleia. Lá, falando com a Major, Chefe do Gabinete Militar da Assembleia e demais pessoas, vimos que a preocupação daquele estado é muito grande, porque consta nos registros do DETRAN e da Secretária daquele Estado inúmeras autorizações emitidas com o intuito de irem até Margarita. E, com a intenção de fortalecer esta união, entre Roraima e Amazonas e demais Estados do Norte, porque entendemos que os venezuelanos têm que começar a respeitar o povo brasileiro. Por isso quero deixar registrado a minha ida, na semana passada, ao Estado do Amazonas para tratar desse tema.

Também quero deixar registrado o compromisso, trabalho e a determinação que o Governador Anchieta Júnior está tendo com o Estado de Roraima. No último final de semana, estive juntamente com os Deputados Jalsler, Célio Wanderley, Joaquim Ruiz, Coronel Chagas e Aurilena, no dia 24, no Município do Bonfim, para tratar mais uma vez de uma ação de governo que vem beneficiar principalmente os produtores, onde foi assinado mais uma ordem de serviço de asfaltamento da RR 206, desde a BR 401 até a Vila São Francisco. Isso é motivo de orgulho porque aqueles que lá estiveram como o Senador Romero Jucá, Deputados Federais Luciano Castro e Márcio Junqueira, Prefeita Lizete, Vice-Prefeito Jana e demais Vereadores daquele Município sabem que o asfaltamento vai beneficiar diretamente o povoado da Vila São Francisco. Ultimamente estive junto com o Governador constatando ordens de serviços não só no Bonfim, mas também nos demais Municípios do Estado como: Alto Alegre, com o asfaltamento no Paredão; No Taiano, com a recuperação das estradas e colocando energia elétrica; em Campos Novos e Mucajá. Da mesma forma aconteceu no Sul do Estado. Vale ressaltar que é o único Governador do Brasil que asfalta vicinais. Não resta dúvida de que é um Governo que está preocupado cada vez mais com os que são menos favorecidos.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Gabriel Picanço – Eu gostaria de saber se nessas ordens de serviços que o Governador está assinando há prazo de conclusão das obras, porque eu moro neste

Estado há mais de 32 anos e ainda não vi uma obra do atual Governo concluída. A vicinal 26 do Município de São João da Baliza tem 25 km pronto, lá são 86km, e a propaganda nos meios de comunicação é grande. Na vicinal que vai para o Samaúma só tem 25 km pronto e lá são mais de 100km para chegar no Apiaú. Então, seria bom se Vossa Excelência também informasse o prazo de conclusão das obras, e o governo não ficasse só fazendo os pedaços pequenos e fazendo propaganda de obra concluída, causando transtornos aos transeuntes que, quando saem do asfalto, encontram as vicinais intratáveis. Muito obrigado!

O Senhor Deputado Ivo Som continua. - Pelo conhecimento que eu tenho de CPL e de qualquer situação de prestação de serviço no Brasil, e não só em Roraima, todo e qualquer serviço é de praxe ter um prazo para iniciar e para concluir, até porque tudo é regido por leis. Não tenho dúvida de que as empresas que ainda não concluíram os serviços, o Governo do Estado, através da SEINF, tomará as providências. Estive na Semana Passada com o Secretário da pasta e fui informando que foram canceladas muitas ordens de serviços porque as empresas começam a fazer e não concluem. Então, este é um Governo preocupado não só em dar início às obras, mas também de suas conclusões.

Da mesma forma tem se preocupado com o Estado o Vice-Governador Chico Rodrigues, que esteve na semana passada no Sul do Estado em entrega de equipamentos e insumos para os produtores rurais. Não restam dúvida que neste Governo quem ganha é a sociedade roraimense. Só colhe quem planta, e agora chegou a hora de colher coisas boas, quer seja na agricultura, saúde, segurança ou educação.

Quero dizer que amanhã usarei a Tribuna para dirimir dúvidas a respeito do DETRAN, pois numa das Sessões desta Casa foi dito que o Senhor Jorge Everton não deveria estar naquela pasta errada, com o salário errado, na hora errada. Vamos mostrar um pouco do que nos foi mostrado por ele. Muito obrigado!

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, inicio a minha fala fazendo um apelo para os Deputados Jean Frank, Soldado Sampaio, Coronel Chagas, Dhiego Coelho e Remídio Monai, e também à Mesa Diretora da Casa para que o poder pudesse fazer uma audiência pública, o mais rápido possível, para discutirmos a questão da segurança. A Segurança no Estado chegou a um ponto que começa a preocupar a todos, não só pelo que aconteceu no final de semana, onde ficou constatado, através da mídia, que pessoas de moto passavam atirando e chegaram a matar 4 pessoas. Nós temos vistos esse tipo de ação na cidade de São Paulo. Nem no Rio de Janeiro a gente vê isso! Isso me preocupa por que eu estou com o orçamento de todo o sistema de segurança. Por exemplo, a Polícia Civil teve no ano passado cento e três milhões; este ano tem sessenta e nove, mas sabemos que mais de 90% desse orçamento é para pessoal, quer dizer, que não há orçamento para a Polícia Civil funcionar. Então, fica a Polícia Civil esperando que venha arma da Secretaria Nacional de Segurança Pública, que venha colete, carro. Se não tiver combustível, se não se construir delegacia, a estrutura não funciona. E eu pergunto: cadê os recursos do Estado? Segurança é obrigação do Poder Público, é direito do cidadão. Isso está nos preocupando.

Ontem eu tive a oportunidade de conversar com o irmão do Deputado Célio Wanderley, aqui do Posto Triângulo. O Alex me disse, Deputado Célio, que esse posto já foi assaltado 19 vezes. Deputado Jalsen Renier, o Posto Triângulo é bem aqui na capitão Júlio Bezerra, no centro da cidade. Quer dizer esse cidadão está trabalhando para os bandidos. Estamos, aqui, Deputado Xingu, sem nenhuma crítica, sem nenhuma intenção de apontar dedo para ninguém, o que nós queremos é debater Segurança Pública e ver ações concretas para dar segurança, tranquilidade e paz aos nossos empresários, aos cidadãos, às nossas famílias. Então, fica esse apelo aqui para que a gente construa uma Audiência Pública para tratar, Deputado Erci, exclusivamente da questão da segurança. Está preocupando. Quem não se preocupar é porque não está vivenciando o dia a dia, é porque não está ouvindo as pessoas e não está sentindo na própria pele. Mas a questão da segurança chegou a um ponto tão sério que, se nós não tivermos imediatamente ação, projeto, para realmente reestruturar isso, nós vamos enveredar para uma situação sem controle, que nós não queremos, que nós não desejamos. Então, eu espero que isso realmente preocupe as autoridades e a gente encontre caminhos para fortalecer a nossa segurança.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Xingu – Parabéns, Deputado Flamarion. O assunto é pertinente. Ontem eu estive em uma reunião com o Delegado-Geral Fernando Olegário e junto estava

o Secretário de Segurança e o Secretário de Justiça e Cidadania. Nessa reunião eu fui perguntar a ele, porque tem um projeto que nós devemos derrubar o veto hoje. E fui discutir esse projeto com ele. E o Secretário, sem pensar, disse que 99% de tudo o que está acontecendo são obras dos reeducandos. O Estado não tem o controle de onde está esse cidadão. Hoje, às seis horas da manhã, o Estado colocou 500 reeducandos nas ruas de Boa Vista. E essas pessoas saem para trabalhar, muitas vezes induzidos por um advogado, que arruma uma declaração de emprego e coloca nos autos do processo o Juiz libera esse reeducando para trabalhar durante o dia e voltar à noite para dormir na cadeia. E esse emprego não existe. É só para efeito dos autos do processo. E esse projeto que reserva até 3% das vagas para o reeducando, o Governador vetou o primeiro momento, mas foi um equívoco. Depois viram que o projeto é interessante para a sociedade, não vai ter despesa. O preso vai trabalhar numa empresa e o Estado passa a ter o controle do preso. A Secretaria pode fiscalizar porque o João não veio trabalhar. Por que o João veio trabalhar bêbado na empresa? Esse é o relatório diário. Então o Estado passa a ter o controle desse preso. E eu acho que esse projeto não resolve, mas ajuda a amenizar a Segurança Pública, que está um caos. Realmente o assunto é pertinente. Parabéns!

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Mais uma vez, Deputado Flamarion, eu queria parabenizá-lo pelo pronunciamento e dizer que era uma oportunidade também de nós discutirmos o Sistema de Segurança do Estado, como um todo. Eu não sei se foi benéfico nós criarmos aquela divisão que fizemos na polícia. Me parece que isso causou hoje um problema, inclusive de gerenciamento. Uma banda da polícia tem autonomia. A outra banda não responde para cá e a outra não responde para lá. Enfim, eu acho que era uma oportunidade inclusive, também, de rediscutirmos essa divisão da polícia que foi feita pela Assembleia Legislativa. Com certeza, fizemos com a melhor das intenções, mas eu acho que talvez isso não esteja funcionando bem. Eu queria levantar essa questão, inclusive quando nós formos ver essas ações e rediscutir a questão da Segurança Pública no Estado. Parece-me que há muitos órgãos ligados, por exemplo, Secretaria de Justiça e Cidadania e Secretaria de Segurança Pública. Tem muita gente querendo fazer a mesma coisa e parece que ninguém está fazendo nada. Na Delegacia Geral tem dependência do Delegado Geral que responde lá pela parte da polícia. Enfim, eu acho que nós temos que rediscutir isso com seriedade. A Assembleia pode fazer isso, corrigirmos aquilo que for para corrigir e esperamos que depois desse debate nesta Casa a gente encontre caminhos para melhorar a questão da Segurança Pública do nosso Estado. Portanto, parabéns a Vossa Excelência.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Jean Frank – Parabéns, Deputado, por estar abordando um assunto tão sério. A gente tem acompanhado os jornais e tem visto que a criminalidade aumentou muito em nosso Estado. O Estado de Roraima hoje vive uma insegurança, tanto na parte criminal, como também no trânsito do nosso Estado. E eu quero dizer a Vossa Excelência que o mais rápido possível nós vamos fazer a Audiência Pública porque precisamos. O Estado de Roraima precisa de mais segurança. Parabéns!

Aparte concedido ao Senhor Deputado Gabriel Picanço – Parabéns, Deputado Flamarion, pelo seu pronunciamento. Só para enriquecer o seu pronunciamento, queria, também, relatar um acontecido há 15 dias, mais ou menos. Eu precisei ligar para o 190. Era uma hora da manhã, o alarme de uma empresa em frente de onde eu moro disparou e aí liguei para o 190 três vezes e não atendeu. Liguei para o Corpo de Bombeiros, um sargento me atendeu. Para ser atendido no 190 eles tentaram via rádio para que a viatura fosse ao local. Passou mais de 40 minutos nesse liga, não liga, atende, não atende. Então, eu acho que a Segurança Pública está desguarnecida. Temos que realmente fazer essa audiência pública e cobrar dos poderes, da Secretaria de Segurança, da Polícia Militar para que o telefone 190 volte a funcionar. Se fosse um caso de vida ou morte a pessoa morria e não chegava o atendimento. Obrigado

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ivo Som – Parabéns, Deputado Flamarion. Só para enriquecer o seu pronunciamento, A PM, no mês de fevereiro, já apareceu com novas turmas que estão nas ruas. Trânsito seguro e tranquilo. Todas as segundas e quartas-feiras em frente às escolas, aos semáforos, nos maiores movimentos em Roraima, a PM está lá de prontidão, preocupado com a segurança. Concordo quando Vossa Excelência coloca que é inaceitável a perda de quatro pais de famílias, assassinado brutalmente.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua. – Obrigado, Deputado Ivo Som. Para finalizar, Senhora Presidente, quero dizer o

seguinte: na realidade, as Polícias, de modo geral, estão carecendo de estrutura. Eu vou me prender aqui à PM. Em 1998, Deputado Joaquim, quando saímos da condição de território para Estado, pelo menos constitucionalmente, que a nossa efetivação só veio acontecer em primeiro de janeiro de 2000, e nós tínhamos 1.400 Policiais Militares. Hoje, nós temos menos de 1000 na ativa. Significa dizer que a nossa população cresceu 5, 6 vezes e o número de policiais é o mesmo. Então, não dá para cobrir a necessidade da Segurança Pública do nosso Estado. Portanto, isso é só um exemplo da falta de estrutura que temos que requer imediatamente providências à somatória dos órgãos que atuam no Sistema de Segurança, que precisam unir esforços e garantir minimamente a segurança do cidadão. Não dá para vivermos ou aceitarmos essa crescente insegurança no Estado de Roraima. Obrigado, Senhora Presidente. Obrigado a todos.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores presentes em nosso Plenário. Em primeiro lugar, Senhor Presidente, quero abordar o institucional que está sendo veiculado na mídia de Roraima pelo sistema S, especificamente pelo SESC. Eu acho que o maior presente, Deputado Gabriel, é você ser reconhecido em vida, porque depois da morte, não tem como você verificar aquilo que um dia na sua vida você foi capaz de realizar, não em benefício próprio, mas em benefício do Estado em que você vive, no Estado que você escolheu para morar. O Airton Dias é um grande empreendedor, Presidente da Federação do Comércio. Ele faz um institucional, agora, mostrando a história do SESC de Roraima. E, com todas as letras, coloca a minha participação nesse processo histórico, quando nós criamos, no Governo Getúlio Cruz, a Secretaria de Trabalho. Eu fui o primeiro Secretário do Trabalho de Roraima. E, naquela época, como Secretário do Trabalho, era uma exigência do sistema “S”, que onde não existisse Secretaria do Trabalho não poderia ser instalado o sistema “S”. Nós tivemos a felicidade, com a ajuda de Deus, de trazer o SESC, o SESI, o SENAI, o Sistema Nacional de Emprego aqui para Roraima. Vejo agora que aquele prédio que funcionava a Secretaria de Trabalho, que nós cedemos para que se instalasse o SESC, foi demolido para construir uma obra belíssima, num investimento que supera a casa dos 17 milhões de reais. Então, é uma obra fantástica, que vem de uma forma beneficiar grande parcela das pessoas que vivem em Boa Vista e em nosso Estado, principalmente voltados para a área do comércio e para a área de serviço.

O segundo ponto, Deputado Mecias, Vossa Excelência, que é um homem como eu, oriundo do interior do Estado e ex-presidente desta Casa. Está previsto para esta semana, Deputado, a votação da PEC-111. Eu não vi aqui na Casa nenhuma movimentação para que a gente crie uma comissão para ir trabalhar junto ao parlamento. Vossa Excelência tem trânsito, com toda a experiência, a Deputada Aurelina, o Deputado Chico Guerra, de montar uma pressão em Brasília para que a gente consiga colocar essa PEC em votação.

Para quem não sabe, a PEC-111 pode, de imediato, gerar oportunidades de emprego a mais de 3.500 pessoas aqui no nosso Estado. E dá um aquecimento fantástico à nossa economia. Então, seria de fundamental importância que criássemos uma comissão para que fosse para Brasília trabalhar junto à nossa bancada e à bancada da Amazônia, principalmente com o Amapá, que será uma outra unidade beneficiada. E tendo no Congresso Nacional um homem de peso, como é o ex-Presidente da Casa, o Sarney, que foi um dos responsáveis de viabilizar essa situação em relação a PEC-111.

Mas, o que me traz hoje aqui, Deputada Aurilena? Aqui já falaram sobre segurança, sobre o problema das fronteiras do nosso Estado. E eu quero aqui colocar o problema da Universidade Estadual de Roraima. Deputada Aurelina, se analisarmos como está sendo feita a gestão da nossa Universidade, parece que não somos um estado brasileiro, mas somos um estado vinculado aos Estados Unidos, à Suécia, à Holanda. Vejam bem, eu criar um curso de Ciências Naturais para atender oito alunos! Eu criar um curso de Agronomia, onde já tem um curso na Universidade Federal. E esse curso que forma, que coloca no mercado de trabalho mais de 20 jovens por ano, Deputado Jalser, e vão para onde, se o grande empregador na área de agronomia é o Governo do Estado ou as prefeituras do interior? Por que o curso de administração, Deputado Mecias, se em todas as universidades particulares e na Universidade Federal já há curso de administração? Por que criar e manter um curso de economia, Deputado Jalser, se em todas as faculdades existentes no nosso Estado tem curso de economia? O curso de direito todas as outras faculdades, inclusive as públicas têm curso de direito. Curso de Comércio Internacional, Deputado Mecias, a Universidade Estadual do Amazonas não tem esse curso e olha o

parque industrial que existe no Estado do Amazonas. Eu não falo nem do Polo Industrial de Manaus, mas do Parque Madeireiro que é extremamente exportador em Itacoatiara, o Parque do Polo Petroquímico de Coari e, mesmo assim, Deputada Aurelina, não existe esse curso fantástico na Universidade Estadual do Amazonas. Mas, vamos mas além, o curso de Segurança Pública, quem o faz vai participar de qual concurso, se os concursos na área de segurança, como Polícia Militar, bombeiros, Polícia Civil são específicos? O curso de Pedagogia, parece que não estudam nem a LDB. Para o Estado esse curso já foi. Até as escolas que trabalham em intercâmbio já dão curso de pedagogia, a UNIVIR faz isso no Estado todo. Mas, Deputado Mecias, Vossa Excelência que é do interior como eu, sabe que se extinguissemos esses cursos todos e criássemos o curso de medicina na nossa Universidade Estadual, e nós temos professores Doutores concursados no Estado de Roraima, nós temos mais de 12. Eu trabalho nesse projeto há mais de um ano e que desse das vinte vagas, 50% para os alunos da rede pública do interior do nosso Estado. Não era o projeto para o hoje, esse era um projeto para daqui a dez, quinze anos. Roraima teria médicos em todo o interior do Estado.

A casa do estudante que estava abandonada poderia ser transformada para os alunos que viessem do interior do nosso Estado, cujas matérias não existem no interior engenharia civil, arquitetura, medicina e outras mais.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra – Deputado Joaquim Ruiz, primeiramente eu gostaria de parabenizar Vossa Excelência pelo Excelente discurso e a preocupação com a educação no nosso Estado. Vou fazer um desabafo que, mesmo de maneira inconsciente, é o que a nossa população pensa. A educação é tudo. Se nós tivermos educação, vamos ter menos criminalidade. Se nós tivermos educação, os hospitais públicos ou privamos vão ter menos pacientes. Enfim, nós nos alimentamos melhor, nós temos acesso ao trabalho. Mas aqui no nosso Estado de Roraima a educação não é tudo. Esses bancos universitários estão todos os anos repletos. Seja em administração, direito, seja em medicina, ou seja, o curso que você fizer de nível superior, se for bem feito, ele é válido. E o mercado de trabalho é aberto desde que você seja o melhor. Eu concordo com Vossa Excelência quando diz que se tem que priorizar as áreas específicas, mas conversando com alguns formandos e com a população em geral, o que reina é a desilusão porque você se forma hoje em administração de empresas e vai trabalhar num balcão de supermercado ganhando um salário mínimo, quando consegue esse trabalho. E você vê o risco de vida que correm essas pessoas quando são caixas ou quando estão num balcão de supermercado porque todos os dias, o Deputado Flamarion acabou de falar aqui, há assaltos. Então, ninguém quer mais estudar, as pessoas estão desiludidas, porque o que está dando dinheiro hoje é roubar e não ser preso, não ser injustiçado, é ser amigo de políticos que sejam corruptos. Há pessoas que não têm sequer o primeiro grau e estão aí no cabide de emprego no Governo do Estado recebendo salários, inclusive, maior de quem tem formação superior. Isso desestimula a classe estudantil. O que dá dinheiro hoje é comprar uma eleição e permanecer no mandato durante os quatro anos. O que dá dinheiro hoje é fazer alguns acordos políticos e permanecer em cargos públicos, ser blindado pelo Poder Executivo como está acontecendo no nosso Estado. Então, isso desmotiva a juventude. Louvo Vossa Excelência, mas temos que motivar essas pessoas que estão gerindo o nosso Estado para estudar a Bíblia, conhecer a ética e a moral para respeitar a nossa população, porque estudar 9 anos no primeiro e segundo grau e depois mais quatro anos nos bancos universitários e não encontrar espaço no mercado de trabalho, porque quem consegue espaço é aquele que não estuda, porque usa de má-fé e tem amizades influentes, isso é desmotivador. Quero deixar essa mensagem para nós que somos parlamentares e estamos na Casa do povo e construímos as leis que deveriam ser construídas junto com a sociedade. É uma responsabilidade nossa mudar esse quadro caótico em que se encontra hoje o Estado de Roraima. Muito obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Mecias de Jesus-Deputado Joaquim, a exemplo do Deputado Brito, quero me juntar a Vossa Excelência por esse belo pronunciamento que Vossa Excelência faz com muita clareza e objetividade. Primeiro quero falar sobre a PEC 111 que, ao meu ver, se faz necessário a Assembleia Legislativa nomear uma comissão de Deputados para estar presente em Brasília, não só para falar com os nossos Deputados Federais e com nossos Senadores, mas para falar com deputados e Senadores de outros estados, pois tenho amigos em todos os estados do Brasil. Eu me junto a Vossa Excelência no sentido de que a Mesa precisa nomear uma comissão,

mas não precisa ser eu, todos os Deputados aqui, têm a mesma capacidade e o que importa é que a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados saiba que a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima está junto com os servidores do Estado. O que acontece muito aqui é a individualidade. Cada um que tem uma rádio ou um canal de televisão quer aparecer sozinho como pai da criança. Ele vai na rádio e diz sou eu que estou fazendo a PEC 111. Os outros Senadores estão calados. Na verdade, isso é uma luta dos 3 Senadores do Estado de Roraima e dos 8 Deputados Federais do Estado. Há a possibilidade de alguns se pronunciarem nos meios de comunicação e tem aqueles que não têm a oportunidade de se pronunciarem, mas que estão trabalhando na PEC 111 pelo reenquadramento dos servidores de Roraima, da mesma forma daqueles que têm rádio. Às vezes se empenham até mais, porque aquele que tem rádio só vem aqui e fala na rádio, mas quando chega lá esquece de trabalhar.

Com relação a UERR, Vossa Excelência fez um diagnóstico da Universidade Estadual. Lamento que a nossa Universidade não tenha recursos suficientes para manter os cursos que já tem com qualidade, e ainda resolve renovar, criando novos cursos que não fazem o menor sentido aqui para o Estado de Roraima. Junto-me a Vossa Excelência e faço votos de que a Universidade consiga recursos suficientes para isso. É também uma obrigação do Governo do Estado manter com recursos os cursos, para que os mesmos tenham qualidade, e que a nossa Universidade seja motivo de orgulho para todos nós. Muito obrigado!

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Encerro meu pronunciamento dizendo o seguinte: Se hoje tivéssemos formando 20 médicos na nossa Universidade, todos teriam mercado de trabalho; se hoje tivéssemos formando 8 alunos do curso de ciências naturais, todos estariam desempregados.

O Senhor Deputado Marcelo Natanael – Senhoras e Senhores Deputados, amigos da imprensa, Senhoras e Senhores. Começo o meu discurso falando do que está dando dinheiro em Roraima. Advogar contra o Estado, isso é que está dando dinheiro. Foi aprovado um empréstimo nesta Casa para sanar as dívidas da CER. A antiga BOVESA, que hoje é a Eletrobras Distribuidora Roraima, possui uma dívida contra a CER, e por isso ajuizou uma ação, que corrigido juros e multas, hoje gira em torno de quarenta milhões de reais. Esse processo corre na 5ª Vara Civil, e o que se discute é que foi arbitrado um valor de honorários advocatícios de 20%, que dá algo de 8 milhões de reais. Para minha surpresa, a CER, através de sua assessoria jurídica, não questionou os juros e nem as multas, muito menos o valor de oito milhões dos honorários. É de ser questionado pela população. É normal um advogado ganhar 8 milhões de reais em uma ação de cobrança? Só em Roraima! Falo só aqui porque há casos análogos, inclusive nas instâncias superiores. Eu cito uma ação de execução contra a ELETRONORTE, que é uma empresa muito mais consolidada que a CER, que foi condenada a um pagamento de uma dívida de cento e noventa milhões de reais, e os honorários advocatícios em 50 milhões de reais. Eu tenho cópias dessas ações e vou deixar à disposição em meu gabinete. Hoje poderia se falar em torno de trezentos mil reais dessa ação, em valores corrigidos, mas vão pagar oito milhões. Porque esse valor? Porque é regra, e está no artigo 20, parágrafo 4º do Código de Processo Civil, e os honorários advocatícios são pagos pela complexidade dos casos, pelo valor intelectual da ação e o que foi ajuizado. Simplesmente pegaram as faturas em atraso, entraram com uma ação na 5ª vara de cobrança e a CER não discutiu. E onde está a complexidade desse caso para se pagar 8 milhões de reais? Eu pesquisei também outra jurisprudência, o de agravo regimental nos embargos de declaração nos recursos especiais do Estado do Rio Grande Sul, que também seguiu a regra do parágrafo 4º do artigo 20 do CPC. E aí vem como será pago esse valor de 8 milhões de reais, com o empréstimo que foi feito para pagar as dívidas da CER. Estão tratando o dinheiro público como se fosse ...Cada pai de família quando vai pagar dívida ele questiona juros e multas, e chora por desconto. Não é isso que o Governo está fazendo.

O motivo que me levou a fazer uso da Tribuna é para solicitar aos meus colegas de oposição e aos meus colegas compromissados da base aliada do Governo a cobrar do Ministério Público Estadual no qual eu tenho pessoas que eu respeito e admiro, e cito nomes: Procurador Geral Fábio Estica e o meu ex-Professor Isaias Montanari, que são pessoas sérias e compromissadas. Peço força de Vossa Excelência, que me acompanhe, para que não possamos permitir que o Governador faça mais essa com o nosso Estado. Peço também que a Presidência desta Casa seja solicitada e que o órgão auxiliar fiscalize. Com a

fiscalização do Tribunal de Contas e principalmente da Procuradoria-Geral do Estado para que se manifeste, se é que já não se manifestou, porque deveria intervir dentro desse processo. É sabido que o maior acionista da CER é o Governo do Estado de Roraima e a Procuradoria-Geral de Roraima deve estar atuando nesse processo, e não deixar somente na assessoria da CER, que é uma empresa que presta serviços públicos essenciais de energia sem fins lucrativos e atende trinta e duas mil quatrocentas e vinte e cinco unidades consumidoras dentro deste Estado. No ano de 2011 teve uma receita de quinze milhões, quinhentos e sessenta e nove mil duzentos e dois reais. Isso deu mal para pagar as dívidas, e como vamos pagar um valor desse sem questionar juros e multas com um valor de honorários advocatícios dessa monta.

E uma outra preocupação é com relação à atuação desses 3 órgãos...

Aparte concedido ao Senhor Deputado George Melo – Eu estava acompanhando atentamente a sua explanação, e em meados de 1988, naquelas ações judiciais, eu mesmo era da Prefeitura e nós entramos com uma ação contra a Prefeitura, e hoje a Prefeitura tem dívidas para pagar aos funcionários e nós pagamos 20% aos advogados. O SINTER teve várias ações também, 20%. Então, esse valor não é um valor exorbitante, como Vossa Excelência disse. Esse dinheiro até hoje a gente não recebeu; temos direito, mas não recebemos ainda, se recebermos 20% é do advogado. Então, isso vai para precatório. Vossa Excelência é advogado, sabe muito bem disso, sabe que esse dinheiro, daqui 200 anos, vai estar na justiça, até porque Vossa Excelência colocou muito bem, a Procuradoria vai recorrer e isso vai para instâncias superiores. Então, o Governador não pode impedir que o cidadão entre com ação, que uma empresa entre com ação. Eu acho que existem outras coisas tão importantes ou até mais que essa questão da CERR. Eu entendo que dentro desse mesmo processo de passar a CERR para a ELETRONORTE, existem algumas ações que precisam ser rapidamente resolvidas.

Essa discussão, eu acho que ela se perde um pouco, porque a questão da empresa que contrata para cobrar, ela sabe que é muito melhor negociar 20%, porque isso vai demorar muito tempo do que ela desembolsar o dinheiro na hora.

O Senhor Deputado Marcelo Natanael continua. – Deputado George Melo, o que Vossa Excelência colocou vai me ajudar a deixar mais claro o meu pronunciamento. Não se vai recorrer, está na iminência de fazer um acordo, e essa Casa e esses órgãos fiscalizadores que devem proteger o patrimônio público não podem permitir. A CERR sequer contestou, nem juros, nem multas e nem o valor das ações, nada. Então, o processo não vai andar, está se encaminhando para acabar em primeira instância, Deputado Gabriel, e não numa sentença condenatória, não em grau de recurso. O que se ver é que geralmente o órgão público protela isso, e essa dívida realmente vai demorar 20, 30 anos para ser paga. É o meu filho que vai nascer, o seu filho que vai pagar essa conta e nós não podemos permitir isso. Se esse processo tivesse andando de forma natural e não se encaminhado para acabar num simples acordo, não vai se discutir nada, eu não faria uso da Tribuna, porque confio na Justiça do Estado de Roraima. Era isso, Senhores, bom dia.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Não havendo mais orador inscrito para o Grande Expediente, passamos para Ordem do Dia. A Senhora Presidente, Deputada Aurelina Medeiros, anunciou para pauta da Ordem do Dia: discussão e votação em turno único da Mensagem Governamental nº 052/12, de veto total ao Projeto de Lei nº 086/11, que “dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas terceirizadas vencedoras de licitações públicas, no âmbito do Estado de Roraima, a reservarem no mínimo 3% do total de vagas existentes na contratação de obras e de serviços aos sentenciados, e dá outras providências”, de autoria Governamental; Requerimento nº 03/13, de 21/02/13, requerendo a inclusão na pauta da Ordem do Dia, da Sessão Ordinária do dia 26 de fevereiro de corrente, para discussão e votação em turno único do Requerimento nº 001, convocando a Senhora Secretária de Estado da Administração, Gerlane Baccarin, e do Requerimento nº 002/13, convocando os Secretários Antônio Leocádio Vasconcelos Filhos, da Saúde, e a Senhora Fernanda Rizzo Aguiar, titular da SETRABES, para prestarem esclarecimentos em Audiência Pública no dia 21 de março de 2013.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 003/13.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – (Lido o Requerimento 03/13).

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Coloco em

discussão o Requerimento.

Não havendo quem queira discuti-lo, passamos para votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento nº 003/13.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 01/13, requerendo que seja convocada a Excelentíssima Senhora Gerlane Baccarin, Secretária de Estado de Gestão Estratégica da Administração, para que preste esclarecimento de sua pasta, pessoalmente, em Audiência Pública a ser realizada nesta Casa Legislativa, em data e hora a ser deliberada, de autoria do Deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - (Lido o Requerimento nº 01/13).

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Coloco em discussão o Requerimento.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhora Presidente, para esclarecer o primeiro Requerimento. Estamos convocando a Secretária de Administração representando o Executivo, convidando os servidores públicos estaduais, através de suas representatividade, associações e sindicatos, para uma Audiência Pública com esses servidores e a Secretária para discutirmos a revisão, reposição salarial, haja vista que a data base é maio. E o que nós temos percebido, Senhora Presidente, é que o Governo do Estado tem praticamente engessado a reposição salarial: todo ano é 4,5%. Foi assim em 2009, 2010, 2011, 2012, e já está previsto para 2013. A a inflação de 2009 foi em torno de 6%, 2010 5,9%, 2011 6,5%, 2012 5,83%. Isso pelo IPCA. E a projeção para 2012 foi de 5,7 ou seja, o Governo do Estado vem dando a reposição abaixo do índice inflacionário medido pelo Governo Federal. Isso com certeza acumula, significativamente, a perda salarial dos servidores.

Então, o nosso intuito é chamar a Secretária até para nos orientar em políticas futuras, Deputada Aurilena, no sentido de que o Governo do Estado conceda, haja vista que tem crescimento no nosso orçamento, foi aí algo em torno de 8%, que foi a infração mais o crescimento do PIB.

Então, o que estamos querendo é uma Audiência Pública para uma discussão ampla, propositiva, junto ao Governo do Estado, no sentido de termos aí a oportunidade de cada categoria demonstrar suas perdas salariais e tentar garantir um direito constitucional, que é a reposição salarial.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Eu vou me posicionar aqui, além de explicar, corrigir, que o crescimento do orçamento aprovado por esta Casa foi de 6,5% e não 8%; dizer que o IPCA e PIB é definição de correção orçamentária do governo federal e não do Estado. Já é Lei Federal que se segue.

Estou achando assim, a Secretária de Estado não teria muito que se manifestar acerca disso, porque isso é Lei Federal.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – O índice é federal, Deputada, mas a reposição salarial quem concede é o Governo do Estado...

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Estou falando dos itens que ela está sendo chamada a discutir. Estou esclarecendo que partes desses índices aqui são leis federais: IPCA, PIB, crescimento de orçamento. Só esclarecendo isso.

Coloco em votação o Requerimento nº 001. A votação será nominal. Votando “sim”, os Senhores Deputados aprovam a matéria, e votando “não”, rejeitam-na.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Senhores Deputados para votação.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) procede à chamada.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede Questão de Ordem. – Senhora Presidente, para orientação de votação, solicito a bancada de oposição que vote favorável, pois estamos aqui oportunizando, através dessas Audiências Públicas, ouvirmos o Governo do Estado, ouvirmos os servidores, que seja cumprida a lei. Quem define o índice é o governo federal, e a lei federal estabelece que a reposição salarial tem que ser de maneira integral, como está sendo concedida pelo Tribunal de Contas, cuja reposição salarial está tramitando nesta Casa...

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Gostaria de encaminhar a votação. Quero dizer que tenho o mesmo posicionamento que tive em dezembro. Temos vários requerimentos aqui solicitando a vinda de vários Secretários a esta Casa que se encontram engavetados na presidência e até hoje não se cumpriu. Eu gostaria de pedir aos colegas

que antes de convocarmos novos Secretários para comparecerem aqui, que a Mesa atendesse àqueles que já foram feitos, porque a gente vota, discute e quando chega na hora o Secretário não aparece aqui, por quê? Porque não se coloca na Ordem do Dia, o dia que é para o Secretário vir aqui. Por isso eu vou votar contra o requerimento até que sejam chamados que já estão na lista para vir para cá.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Senhora Presidente, a matéria foi rejeitada por 08 contrários e cinco favoráveis.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Dou por rejeitado o Requerimento nº 01/13 pela maioria dos Senhores Deputados.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 005/13, requerendo que sejam convocados o Excelentíssimo Senhor Antônio Leocádio Vasconcelos Filho, Secretário de Estado da Saúde, e a Excelentíssima Senhora Fernanda Silva Rizzo Aguiar, Secretária do Trabalho e Bem-Estar Social, para que prestem, pessoalmente, esclarecimentos em Audiência Pública a ser realizada nesta Casa Legislativa, no dia 21/03/13, às 10hs, sobre as necessidades de adequação do serviço de saúde pública prestado aos dependentes químicos no âmbito do Estado de Roraima; humanização e interdisciplinaridade no tratamento de dependentes químicos; o papel das entidades do terceiro setor no contexto do tratamento de dependente químicos; tratamento e prevenção, anseios no atual cenário dos dependentes químicos e propostas de políticas públicas visando melhorias à atual qualidade do atendimento, nas macrodimensões, aos dependentes químicos, de autoria do Deputado Soldado Sampaio

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - Deputado Sampaio, Vossa Excelência fez um requerimento solicitando as mesmas audiências, convidando o Secretário de Saúde e a Secretária do Trabalho e Bem-Estar Social. Pretendo acompanhar o requerimento de Vossa Excelência no tocante ao Secretário do Estado da Saúde, porém faço uma divergência no tocante à Secretária do Trabalho e Bem-Estar Social. Vossa Excelência teria que fazer o ofício em separado, sob pena de ser prejudicado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Para esclarecer Presidente, são dois requerimentos de audiência pública, um para discutir a revisão salarial, um outro, seria uma outra audiência pública para discutir as políticas públicas de tratamento de pessoas com dependência pública. São dois requerimentos. Agora, o requerimento que foi apresentando aí, que está nas mãos da Deputada Aurelina, é o requerimento solicitando que seja incluído na ordem do dia os dois requerimentos, de duas audiências públicas diferentes. Nesse segundo requerimento que vai ser votado agora, estamos convocando o Secretário de Saúde e a Secretária de Ação Social – SETRABES para se fazer presente e para juntos discutirmos as políticas públicas aos dependentes químicos. É uma ação social, como é uma ação de saúde. Daí a preocupação, inclusive fiz até a sugestão ao Deputado Joaquim, que inserisse a vinda da Secretária de Ação Social.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – (Lido o Requerimento nº 05/13).

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Coloco em discussão a matéria.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Senhora Presidente, pelas razões que coloquei anteriormente, o requerimento do Deputado Sampaio é bem fundamentado, tem a razão de ser, agora, acontece o seguinte, a Casa precisa de ordenar. Acho que não adianta a gente estar aqui votando requerimento, se o Secretário não comparece aqui. Segundo informações que eu tenho aqui, o Leocádio tem uma outra convocação, e que não veio até agora. Eu voto contra de novo, pelas mesmas razões. Temos que seguir o cronograma que a gente já aprovou, para que todos venham aqui, para que a gente possa convocar novos Secretários.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu quero aqui louvar a sinceridade do Deputado Célio Wanderley, que está dizendo que a gente convoca Secretários e eles não vêm. Isso só ratifica, Deputada Aurelina a desmoralização deste Poder. O que o Deputado Célio está dizendo é que este Poder está tão desmoralizado que convoca Secretário, e que este Plenário convoca não é de “A” ou de “B”, é do Poder e o Secretário não vem. Isso só ratifica a profunda desmoralização porque passa este Poder.

Portanto, eu acho que o Deputado Célio tem razão mesmo. Já aprovamos aqui, pelos menos, dezenas de requerimentos, que o Secretário não vem. Para o próprio Secretário Leocádio tem uns dois, e nunca vem. Então, a coisa é tão inócua, porque o Poder não se impõe, não se verticaliza, o Poder está horizontalizado.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio – A mesma linha de raciocínio do Deputado Flamarion, quando o Deputado Célio se pronunciou. Acredito que nós podemos aprovar o requerimento sim, e mais uma vez dar a oportunidade para que os Secretários compareçam a esta Casa, até porque o assunto é extremamente importante, sobre a questão do dependente químico. É um assunto atual e eu não vejo porque nós não aprovarmos o requerimento. Se não veio da outra vez, pode vir dessa. Agora, se não veio, é culpa do Poder que não se impõe, que está sem autoridade e não está fazendo a cobrança devida desses Secretários. Não significa que nós não possamos aprovar o requerimento do Deputado Sampaio porque eles não vieram da outra vez. Acho que podemos aprovar e este Poder, aí sim, passar a exigir realmente que essas pessoas compareçam, porque nós estamos chamando-os aqui para trabalhar, para discutirmos assuntos importantes e prestar esclarecimentos nesta Casa e à população também.

Agora, não vou deixar de votar o requerimento, porque não vieram da outra vez? A gente aprova o requerimento e pede que à Casa se imponha e cumpra com o seu papel de cobrar a presença deles aqui.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Quero falar que me causa estranheza e não posso deixar de falar, não sei se a Casa é desmoralizada, mas eu nunca vi o Secretário Leocádio se negar a vir a esta Casa em qualquer circunstância para prestar esclarecimentos.

Então, Deputado, vou concordar com o Senhor que a Casa realmente não está fazendo o calendário de convocação do que é aprovado aqui. Os Secretários não estão vindo, porque não estão sendo avisados por esta Casa.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Presidente, o meu requerimento e aí concordo com os Deputados Célio e Flamarion que esta Casa não tem se colocado à sua altura. Tenho vários requerimentos aprovados pedido audiência pública e não foram concretizados, como é a questão do Programa Luz para Todos, convocação do Comando da PM e Secretário de Segurança que estão aí engavetados. Agora, já pensando nisso, Senhora Presidente, eu coloquei no requerimento a data, no dia 21 de março, às 10h. Então não tem o que se discutir: ou aprova ou não. Agora, se a Assembleia não tem interesse em fazer ou se não vai convocar, ou se o Secretário Leocádio e outras autoridades não vieram a esta Casa, é uma outra situação.

Então, quero deixar bem claro que está marcada a data. É uma audiência pública de suma importância. Acredito que não podemos nos opor a essa discussão, e vamos bem mais além, Deputada Aurelina, não vou ter receio nenhum de relacionar os colegas Deputados, porque isso aqui é questão de vida, saúde pública das pessoas. Até entendo, Deputado Célio, que a base governista use como argumento a não vinda do Secretário, ao engavetamento das audiências, para discutir revisão salarial e outros assuntos, mas aqui não tem como a gente fugir dessa discussão.

Então, eu peço aos Deputados que a gente aprove e que fique agendado nesta Casa a Audiência Pública para discutir as políticas de dependência química no dia 21 de março, às 10 horas.

O Senhor Deputado George Melo – Senhora Presidente, também estou atentamente ouvindo essa discussão e acho muito importante que esta Casa, mesmo que a gente vote agora, porque acho que não impede, mas que a gente faça um levantamento e como o Deputado Ionilson falou, que a gente comece a chamar e esta Casa comece a ser rigorosa com esse tipo de postura. Eu entendo que este Poder não pode ser posto em xeque, como colocou o Deputado Flamarion há pouco. Eu acho que esta Casa tem que estar acima disso, por isso já quero antecipar o meu posicionamento com relação a isso.

O Senhor deputado Ivo Som – Entendo as colocações do Deputado Célio Wanderley. Foram aprovados os requerimentos e temos que aprovar outros requerimentos e já temos aprovados desde o ano passado, então acho que a Casa tem que se posicionar nesse sentido, mas vou acompanhar o pedido e a forma de votação do líder do governo.

O Senhor Deputado Remídio Monai – Presidente, quero aqui fazer um esclarecimento. Antes de começar o inverno passado, o Secretário Kaká me falou que queria vir aqui na Assembleia para fazer um esclarecimento do cronograma do planejamento que a Secretaria estava fazendo para aquele inverno. Eu apresentei aqui, foi aprovado, hoje, provavelmente aquilo que nós tínhamos proposto perdeu o objeto. A Secretária Leni há tempo se ofereceu para vir aqui à Casa. Ela veio, chegou aqui, tinha dois Deputados para ouvi-la. Então, eu acho que temos que rever essa quantidade de pedido que já temos aqui na Casa. Poderíamos fazer uma avaliação. De repente, esses pedidos já perderam o objeto, como eu acho que é o caso do Kaká. Então, poderíamos começar do zero e aí eu peço, Senhora Presidente, que a

Mesa Diretora se reúna com os técnicos para se definir essa questão.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Deputada Aurelina, concordo que os requerimentos sejam feitos, é dos requisitos que nós Deputados temos aqui nesta Casa de trabalharmos para que sejam esclarecidas as ações de governo aqui nesta Casa, porque nós representamos o povo. Já ouvi alguns Deputados reclamando de que os Secretários de Estado não recebem os Deputados da base do Governo. Mas como que vão respeitar o Deputado, se a Casa blinda os Secretários? Se ele não pode vir nesta Casa? Sempre que se coloca um requerimento para que seja convocado ou convidado o Secretário, a Casa vota em desfavor, derruba o requerimento e quando se aprova, engaveta, não convida, ou não convoca o Secretário. Então, esta Casa tem sim que tomar um posicionamento, aprovou o requerimento marca o dia, convoca o Secretário e ele vem aqui prestar esclarecimento, porque nós somos representantes do povo.

Então, vamos aprovar os requerimentos a convocar. Obrigado, Deputado Aurelina.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Senhora Presidente, gostaria de alertar à Mesa Diretora. O Deputado Jalser, na última Sessão, chamou atenção da Mesa Diretora, dos acordos serem quebrados nesta Casa. Acho que, também, Deputado Brito, são muitos Requerimentos aprovados que não têm valor. Quando não é de interesse Público do Governo, ele manda uma mensagem e manda cancelar. Os Requerimentos desta Casa têm que ser respeitados, ou então acabamos com a votação e vamos vir aqui só quando o governador convocar para que seja votado algo de seu interesse. Quero parabenizar, Deputado Jalser, a sua posição de reclamar que os acordos feitos com a Mesa Diretora foram quebrados. Por isso foi adiado o Projeto do Deputado Xingú. Acredito que quando se vota aqui, o segundo maior poder do Estado, tem que ser respeitado a decisão do colegiado.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio pede Questão de Ordem. – Até para desengano de consciência, eu acabei de falar com o Secretário Leocádio. Se quiserem aprovar o Requerimento, não tem problema nenhum, o assunto é pertinente, e a Assembleia tem liberdade de agendar a data que ele viria para essa discussão. Portanto, o Requerimento pode ser aprovado.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Senhora Presidente, acho que foram levantadas aqui questões que nos levam a ter que tomar decisões firmes. Eu concordo com o que diz o Deputado Flamarion, que a Casa se desmoraliza, se o Secretário não atende à convocação. O debate é a essência do Parlamento. Se não aproveitarmos isso, vamos fazer o que, como vamos fortalecer. Eu entendo que se deva, primeiro, convocar os Secretários que já foram convocados com data marcada e esgotarmos o que tem para ser atendido de debate, e, a partir daí, atender os pedidos. Acho justo o pedido do Deputado Sampaio. Não vejo porque não atender, desde que fique estabelecido, que vamos providenciar, de imediato, os secretários que já foram convocados e venham cumprir com suas responsabilidades.

O Senhor Deputado Jalser Renier – Senhora Presidente, como foi bem dito pelo Deputado Flamarion e outros Deputados que me antecederam, da falta de atenção e respeito de alguns secretários que compõem o primeiro escalão e o desdém que têm com a figura do Parlamentar desta Casa. Isso não é de agora, não é desta legislatura, é de outras legislaturas que aconteceram, em razão dos próprios Secretários, alguns, terem o interesse de disputar o mesmo espaço que os Deputados Estaduais utilizam dentro desta Casa. Então, ocorre uma ciumeira entre as instituições, e os Secretários às vezes pensam na sua própria condição pessoal e, por essa razão, às vezes dificultam um pouco a condição de espaço perante os Deputados Estaduais e as outras instituições que se relacionem com o parlamento, tanto o Parlamento Municipal como Estadual. Esta questão da vinda os secretários é muito fácil resolver. O que precisamos fazer é ordenar por escala quais os Deputados que apresentaram seus Pedidos de Informação e seus requerimentos primeiro. A partir daí, da semana que vem, ou esta semana mesmo, se assim for possível, já vamos solicitar a presença desses secretários, pois, todos os requerimentos foram aprovados pela Assembleia Legislativa, então eles têm que obedecer o artigo do Regimento Interno. Então, minha posição quanto a este Requerimento é favorável, vou votar favorável ao Requerimento do Deputado Sampaio, porque entendo que a matéria é de relevância sim, é importante sim, e acho que quem não deve não “treme”. Agora, o que precisamos fazer dentro desta Casa é começar a chamar os secretários que foram aprovados dentro desta Casa, e aí sim, compete à Presidência desta Casa, à Mesa Diretora e nós já vamos tomar essa providência de imediato. Quero dizer aos Deputados que no tocante a

esta ação da Mesa Diretora, podem ficar tranquilos que já vamos começar a fazer nossa parte agora e já vamos começar a convocar os secretários de acordo com o que foi dito e aprovado nesta Casa. Então, gostaria apenas de colocar minha posição pessoal em relação ao requerimento do Deputado Sampaio e aos requerimentos dos outros Deputados e ao respeito que essas instituições têm que ter para com o Poder Legislativo. Obrigado.

O Senhor Deputado Jean Frank – Concordo com o Deputado Jalser e temos nesta Casa as Comissões. Temos presidentes em todas as Comissões de Saúde, Educação, Finanças entre outras. Então, gostaria de convocar todos os secretários para podermos saber quais os trabalhos que eles irão desenvolver durante este ano. Acho que poderíamos fazer isso agora e ouvirmos a todos, não só o da saúde ou da segurança, mas, todos os secretários de Estado. Portanto, deixo aqui uma sugestão para que façamos o requerimento para convocarmos e ouvirmos todos os secretários de Estado.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Gostaria de me posicionar com relação a algumas questões, primeiro nos reportando aos acordos que falou o Deputado Gabriel. Quando se fala assim: acordos da Mesa, quero dizer que eu fazendo parte da Mesa Diretora nunca escutei. Então, acordo do Presidente é uma coisa, da Mesa é outra, porque muitas vezes, Deputado Gabriel, a gente não toma conhecimento desses acordos. Eu pelo menos sou uma que não tomei conhecimento de todos os acordos feitos aqui. Outra coisa, nós tivemos uma reunião da Mesa Diretora e estavam presentes os Deputados Chagas e Erci de Moraes. O Deputado Jalser estava viajando e coube a mim, convocar todos os Presidentes das Comissões para definirmos uma linha de atuação. Porque, às vezes, com relação à convocação de Secretários, é uma atuação da Casa em fazer uma audiência pública para dar conhecimento, porque muitas vezes chamam um secretário que não tem poder de decisão, e encham aqui de organizações sociais; o cara é vaiado, gritam, não é esse objetivo da Audiência Pública. Audiência Pública é uma coisa, chamar um Secretário para esclarecer situações é outra, é normal, mas isso geralmente é feito nas Comissões para que o Deputado tenha conhecimento. Então, amanhã vamos reunir as Comissões. Nós ficamos na última reunião da Mesa, com a incumbência de fazer juntamente com as Comissões um programa de trabalho com a gente, onde vão estar incluído todos os requerimentos aprovados nesta Casa.

Coloco em votação o Requerimento com orientação das bancadas.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Senhora Presidente, oriento pela votação “não”, pelas mesmas razões que coloquei anteriormente. Quando tivermos a sequência dos que vierem, tenho certeza que no ano passado nenhum dos Secretários foi impedido a votação.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhora Presidente, oriento a bancada pela votação “sim”, até em vista que este Requerimento aprovado, já tem data definida, 21 de março e nesse caso sendo aprovado pelo Plenário, que é soberano. Portanto, a Mesa só tem que cumprir a data. Nós tentamos na oposição até para desmentir a imprensa pago pelo Governo. Nós vamos publicar, a bancada de oposição, todo nosso posicionamento, todo voto “sim”, todo voto contra. Vamos dar conhecimento à sociedade, através dos meios de comunicação. Isso vale para os requerimentos recém-aprovados, vale para este e os próximos que virão, até para desmentir uma imprensa paga pelo governo que tenta desqualificar a oposição nos seus posicionamentos nas votações e queremos, claro, que os nossos acordos com a bancada governista sejam ainda mais transparentes no tocante ao acordo de votação nesta Casa. Oriente os colegas da oposição para votar “sim”.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à chamada dos Senhores Deputados para votação. Votando “sim”, aprovam o Requerimento e votando “não”, rejeitam-no.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) procede à chamada.

A Senhora Deputada Ângela Portela pede Justificativa de Voto. Quero pedir desculpas ao nosso líder, porque vou votar contrário à sua orientação. Mas, acho que nesta questão de drogas entre os jovens e adolescentes, temos que tomar uma providência urgente. Se existe ótimo, vamos ficar sabendo e vamos contribuir e se não existe, temos que implantar urgentemente um trabalho nesse sentido em nosso Estado. Voto “sim”.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz pede Justificativa de Voto.

Peço antecipação de voto, para dizer que voto “sim” e quero fazer um apelo aos meus colegas. Só sabe quem tem dependente químico em sua família. Eu tenho um filho dependente químico e sei o quanto é difícil. Eu perdi meu filho para as drogas, e acredito que um dia eu possa reconstruir a vida, com fê em Deus. Voto “sim”.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) procede à chamada.

O Senhor Deputado Erci de Moraes pede Justificativa de Voto. Voto “sim”. Voto sim ao Requerimento para tratar do assunto do dependente químico, nos demais acompanho a liderança.

O Senhor Deputado Jânio Xingú pede Justificativa de Voto. Acompanho do Deputado Erci, com relação ao Requerimento dos dependentes químicos. É uma unanimidade defender e que os jovens possam sair desse mal que mata tantas pessoas neste país e estraga tantas famílias. Voto “sim”.

O Senhor Deputado Jean Frank pede Justificativa de Voto. Voto “sim” na convocação ao Secretário e voto “não” às drogas.

O Senhor Deputado Célio Wanderley pede Questão de Ordem. Senhora Presidente, modifício meu voto, em função do apelo do Deputado Joaquim Ruiz. Voto “sim”.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) - Dou por aprovado o Requerimento.

Discussão e votação da Mensagem Governamental de Veto nº 052.

O Senhor Deputado Célio Wanderley pede Questão de Ordem. – Senhora Presidente, gostaria, como líder do governo, pedir para retirada da Ordem do Dia dessa Mensagem.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) - Atendendo requerimento verbal do Senhor Deputado Célio Wanderley, transfiro a votação da Mensagem Governamental de Veto nº 052 para a Sessão Plenária da próxima terça-feira.

Passamos para Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhora Presidente, gostaria de solicitar da Mesa que fosse encaminhado a relação para liderança da oposição do resultado das votações de hoje. Nós queremos registrar na liderança de oposição a votação e acompanhamento de cada voto dos nossos colegas da oposição.

Senhora Presidente, quero justificar minha ausência nas Sessões Plenárias de quarta e quinta-feira, por me encontrar em Brasília, juntamente com vários representantes de prefeituras, da cultura e do esporte, em visita ao Ministério do Esporte e ao Ministério da Cultura e EMBRATU. Estamos fazendo essa articulação política junto aos ministérios, bem como acompanhando a votação da PEC 111, que está na eminência de ser votada. Concordo com Vossa Excelência, temos que fazer uma gestão política nesta Casa e pedi aprovação dessa PEC, que é de interesse do Estado.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Gostaria de fazer um esclarecimento em relação à votação do Requerimento anterior, pois eu não sou contra o assunto que está sendo tratado, ele é pertinente. Eu estava contra o Requerimento em função do quadro que tinha colocado anteriormente, mas eu gostaria de convidar os meus colegas, funcionários desta Casa, para missa de um ano de falecimento da minha família.

O Senhor Deputado Xingú – Senhora Presidente, o Deputado Flamarion foi à Tribuna e foi apartado por vários Deputados no tocante à segurança pública aqui no Estado. Foi proposto até uma espécie de seminário, audiências públicas e etc. E, eu estou com um projeto para derrubar o veto. Isso já foi discutido com o Governador que reserva até 3% das vagas de empresas terceirizadas que prestam serviços para o Governo do Estado para atender os reeducandos, pois hoje, tem mais de quinhentos reeducandos nas ruas. A Secretaria de Segurança Pública tem um relatório dizendo que 99% dos crimes são cometidos por reeducandos. E um projeto que vem controlar, porque o Estado vai saber onde está esse reeducando o projeto não entra em pauta! É preciso que esse projeto seja colocado em votação, aquele Deputado que votar contra, ficamos sabendo o seu sentimento com relação à segurança. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Ivo Som – Eu também concordo com o Deputado Célio Wanderley, pois não temos nada contra a vinda dos secretários aqui, apenas gostaríamos que alguns requerimentos já aprovados com alguns nomes de secretários, que se façam cumprir.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Gostaria de convocar a Deputada Aurelina Medeiros, Ângela Águida Portela, Erci de Moraes, Jean Frank e Soldado Sampaio, para nos reunirmos na Comissão Especial Interna, para designarmos o Presidente desta Comissão, mas,

pelo que eu estou vendo, não haverá quorum.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Deputada Aurelina, quero, do fundo do meu coração, agradecer a todos os Deputados que votaram favorável para que a gente debata o problema da dependência química nos jovens e nos adolescentes do nosso Estado. Eu lhi digo com a maior pureza da minha alma que só sabe a dor de uma família quem tem um dependente. Então, eu quero aqui agradecer de coração, porque nós vamos fazer um amplo debate e discutir a melhor forma do nosso Estado apoiar as entidades que trabalham com os dependentes químicos no Estado e nas Prefeituras, para ajudar no combate a essa doença que assola o nosso País. Muito obrigado.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Eu queria lembrar que hoje à tarde é dia de reunião de comissões. E, não havendo mais nada a tratar, a Senhora Presidente encerrou a Sessão, convocando outra para o dia 27, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: Ângela Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Jalsler Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da loteria, Remídio Monai e Soldado Sampaio.

Aprovada Ata Sucinta em: 27/02/2013

**ATA DA 2179ª SESSÃO, EM 05 DE MARÇO DE 2013.
45º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.**

ORDINÁRIA

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA

Às nove horas do dia cinco de março de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima septuagésima nona Sessão Ordinária do quadragésimo quinto período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quorum.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalsler Renier) – Senhor Presidente, não há quorum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário, Deputado Chicão da Silveira - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica: os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalsler Renier) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte.

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

Memo nº 005/13, de 28/02/2013, da Deputada Ângela Águia Portella, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 28.02.2013.

-Indicação S/Nº, de 28/02/2013, da Deputada Ângela Águia Portella, indicando a recuperação das Vicinais da Colonização de Campos Novos: 01, 02, 03, 05, 06 e 10 e vicinais do Amajari 01 e 02.

EXTERNOS:

-Ofício Circular nº 001/13, de 04/02/2013, referente a prestações de contas.

-Ofício Circular nº 003/13, de 25/02/2013, solicitando que sejam encaminhadas cópias da Ata da 1ª Sessão Ordinária desta Casa e relação de Deputados que assumiram a Mesa Diretora da Casa e seus respectivos cargos.

-Ofício Circular nº 004-13, de 15/02/2013, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, encaminhando para conhecimento a formação de sua Mesa Diretora.

-Ofício nº 1822, de 19/02/2013, do Ministério da Defesa – Secretaria de Coordenação e Organização Institucional, encaminhando os Termos de Convênio nº 490/PCN/2012, 491/PCN/2012 e 505/PCN/2012 celebrados entre o Governo do Estado de Roraima e Ministério da Defesa, no âmbito do Programa Calha Norte.

-Ofício nº 2044, de 22/02/2013, do Ministério da Defesa – Secretaria de Coordenação e Organização Institucional, encaminhando o Termo de Convênio nº 027/PCN/2012, celebrado entre o governo do Estado de Roraima e Ministério da Defesa, no âmbito do Programa Calha Norte.

-Ofício nº 094/13, de 28/02/2013, da Câmara Municipal de Boa Vista, referente ao Disciplinamento adotado por este Poder quanto às faltas de Deputados às Sessões Legislativas Ordinárias – ALE-RR.

Era o que constava do expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalsler Renier) Proceda à chamada.

O Senhor Deputado Chico Guerra – Senhor Presidente em exercício, Deputado Chicão da Silveira, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, senhores aqui presente. Faço uso desta Tribuna hoje para prestar conta da nossa viagem ao Estado do Amazonas, para tratar com aquela Assembleia e aquele Estado uma ação conjunta no sentido de que, através do Itamaraty, possamos dar maior segurança aos brasileiros que trafegam na Venezuela avenidas. Estivemos lá com o Presidente Josué Neto, que convidou o Deputado Federal Carlos Sousa, do PP, para que fizéssemos uma reunião preliminar na tarde de terça-feira e ficou acordado que nós iríamos fazer duas audiências públicas, uma aqui em Boa Vista e outra no Estado do Amazonas para que possamos colher um documento com informações que iremos ter nessas duas audiências e, assim, poderemos ir até o Itamaraty para que aquele órgão possa fazer alguma coisa no sentido de dar mais segurança a essas pessoas. Sabemos que, quando as autoridades brasileiras reagem, as coisas mudam lá dentro, haja visto que, em 48 horas do assassinato do empresário Dinho, eles já tinham prendido o autor do disparo, porque eles têm condições de pegar e sabem de onde saem as coisas. Portanto, nós iremos fazer essa ação e gostaria de contar com o apoio dos Senhores Deputados com relação a esse fato.

Vejam bem, fiz um pronunciamento na Assembleia do Amazonas e fui apertado por 11 Deputados. No Plenário haviam 17 e todos os 11 sofreram algum tipo de constrangimento quando estiveram na Venezuela. Vejam bem, 11 parlamentares, desses 11, 06 familiares deles que foram outras vezes também sofreram. Então, no universo de 17, todos sofreram algum tipo de constrangimento na Venezuela.

Não podemos privar a nossa população e do Amazonas de irem até o Caribe. Essas coisas são para a gente usufruir. A natureza deu isso tudo para que as pessoas pudessem usufruir, e cabe a nós, como defensor do povo, ter esse tipo de ação para que possamos tentar dar um pouco mais de segurança aos brasileiros que trafegam na Venezuela, haja vista que há mais de 10 mil brasileiros lá dentro da Venezuela, só pela BR 174, nesse período de férias, no meio e no final do ano. Essa é a prestação de conta que eu queria dar, e vamos marcar ainda para este mês, para não deixar esfriar o sangue daquele macuxi que foi derramado na rodovia venezuelana, para que possa servir de exemplo e sirva de um marco inicial para que as autoridades venezuelanas tenham um pouco mais de cuidado e respeite pelos brasileiros que trafegam naquelas estradas. A Venezuela já é do MERCOSUL e quando houver o MERCOSUL não vai haver barreiras entre os países. Também temos que ter o maior cuidado com os venezuelanos que vêm para cá, os turistas venezuelanos que vêm para cá ou para o Estado do Amazonas. São pessoas de bem, como é o nosso pessoal que vai procurar descanso na Ilha de Margarita.

Portanto, temos que ter e cuidado, mas também temos que pedir que o Itamaraty faça alguma coisa, porque até agora se encontra de costas para esse tipo de problema.

Aparte concedido ao Deputado Gabriel Picanço – Deputado Chico Guerra, quero parabenizá-lo pela sua iniciativa e pelo esforço de defender os turistas que vão do Brasil para Venezuela.

Quero me juntar ao seu pronunciamento e quero me aliar a Vossa Excelência para defender todos aqueles que vão para a Venezuela em busca de turismo, de divertimento, para que esses problemas sejam amenizados, menos dolorosos para as famílias. Parabéns a Vossa Excelência e pode contar comigo, pois estamos juntos para defender o povo de Roraima e do Amazonas que partem para aquele País em busca de divertimento. Obrigado, Presidente.

O Senhor Deputado Chico Guerra continua. - Antes de mudar de assunto, gostaria de pedir ao Deputado Xingú, que é o Presidente da Comissão de Diretos Humanos desta Casa, para que, juntamente com

o Presidente da Comissão de Turismo e Assuntos Fronteiriços, possamos fazer ainda nesse mês a audiência pública daqui do Estado. Já estamos convidando algumas pessoas que temos conhecimento de que tiveram problemas naquele País, para que venham aqui no dia da nossa audiência pública, onde estarão presentes alguns Deputados do Estado do Amazonas, inclusive o seu Presidente estará aqui, também o presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Abdala Fraxe, que é macuxi e que hoje é Deputado no Estado do Amazonas.

Portanto, gostaria de pedir o empenho de Vossa Excelência no sentido de organizar essa audiência pública e terá desse presidente todo apoio no sentido de que seja feita o mais rápido possível.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Jânio Xingú – Senhor Presidente, parabéns pelo assunto que Vossa Excelência abordou na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Impressionante o povo daquele Estado, que visita mais a Venezuela do que os próprios roraimenses, nós que estamos aqui mais perto do Caribe, de Margarita. São os números mostrados pela própria Secretaria de Relações Internacionais do Estado de Roraima. Portanto, é um assunto que interessa muito ao Estado do Amazonas, Vossa Excelência está de parabéns, as pessoas que saem daqui com destino a Margarita têm um trecho a percorrer, de 1180 quilômetros até a cidade de Puerto La Cruz para pegar o Ferri e atravessar para a Ilha. Eu já fiz essa viagem 05 vezes, conheço cidade por cidade. Por exemplo, você sai daqui de Santa Elena, chega no 88, que é uma região de garimpo. De lá você chega em Guararai, que é uma cidade a 100 quilômetros de 88. Depois você vai para Tumeremo, depois Uputa e depois de 60 quilômetros você está em Puerto Ordaz. Passa por San Feliz, que é maior cidade daquele trecho, com um milhão e cem mil habitantes.

Agora, o trecho que se questiona mais perigoso dentro da Venezuela é o trecho que vai de Puerto Ordaz até Barcelona e passa por El Tigre. Então, o que essa comissão deve fazer? Os Deputados, além de fazerem esse intercâmbio, de procurar o Itamaraty, de fazer esse intercâmbio com os governadores fronteiriços, aqui com o Estado de Roraima, como é o caso do General Rangel, que o governador do Estado de Bolívar, que faz divisa com o Estado de Roraima, precisamos divulgar que as pessoas que vão para Venezuela em alta temporada, não viagem durante à noite. Há percurso da viagem até Puerto la Cruz com 200 quilômetros. Então, não há necessidade das pessoas viajarem à noite, em especial naquele trecho que vai de Puerto Ordaz a Barcelona.

Portanto, é um assunto interessante, pertinente, e fico feliz em participar desse evento em prol de desenvolver um trabalho que possa melhorar a relação entre Brasil/Venezuela com relação ao turismo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Coronel Chagas – Presidente, apenas para me juntar aos demais Deputados no sentido de parabenizá-lo por ter assumido a frente dessa questão. Eu mesmo me manifestei em plenário sobre o assunto e a sua posição demonstra que é um homem sensível às causas do nosso povo e esse engajamento, com certeza, vai dar resultado, já está dando resultado, porque conseguiu sensibilizar também a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Conte conosco, continue assim e com certeza vamos ter grandes avanços nessa relação desse tratamento que é dispensado aos brasileiros na Venezuela.

Aparte concedido ao Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, inicialmente gostaria de parabenizar Vossa Excelência pelo assunto abordado como também pela iniciativa de estar acompanhando de perto as providências que estão sendo tomadas e que deverão ser tomadas por esta Casa e pelas Comissões, no que diz respeito a esses questionamentos que nossa população tanto faz. Quanto à abordagem dos brasileiros na Venezuela, de maneira deselegante, deseducada, não podemos generalizar, mas, há naquele País aqueles que não usam da prática da boa vizinhança, não são educados com nosso povo que vai àquele País para gastar seu dinheiro, para deixar seus recursos, para ter um pouco de entretenimento com suas famílias. Enfim, somos cidadãos benéficos economicamente para aquele País e não somos tratados como tal. Então, como Presidente da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, me coloco à disposição de Vossa Excelência e do povo do nosso Estado, para atuarmos juntos com as outras Comissões, no sentido de trazer tranquilidade para o nosso povo e até buscar maneiras jurídicas de punir aqueles que derramaram ou fizeram derramar o sangue de um dos nossos patriotas. Parabéns a Vossa Excelência e me coloco à sua inteira disposição. Obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, público presente e em especial as servidoras desta Casa. A Assembleia Legislativa, que tem o privilégio

de ter no seu corpo de servidores mais de 60% de mulheres, a elas quero iniciar a homenagem da Semana da Mulher. Queria também estender essa homenagem inicial às nossas Parlamentares, aqui representando o conjunto das mulheres. Deputada Aurelina Medeiros, Deputada Ângela Águida Portella, que representam as mulheres aqui neste Parlamento. Queria dizer que as mulheres têm, ao longo desses últimos anos, avançado na conquista dos seus espaços. A mulher que não deixa de ser mãe, de ser esposa, também vai em busca de trabalho e isso tem sido crescente para orgulho de toda a sociedade brasileira e eu trouxe um dado que acho expressivo: 62% dos nossos universitários do Brasil é composto por mulheres, 62% de mulheres tem assento nos bancos universitários de todo o Brasil. A mãe que embala seus filhos, que afaga seus filhos, hoje, tem a oportunidade de tomar decisão, quer seja decisão como Presidente da República, como governadoras, prefeitadas, como magistradas. Essas pessoas que não deixam de ser mães também tem a capacidade de decidir sem perder a afetividade por seus filhos. Entretanto, temos preocupações significativas, uma mácula que nos preocupa, que é a violência contra a mulher. É inconcebível que num país civilizado como o Brasil, ainda tenha uma incidência de violência contra a mulher tão expressiva, e o que a gente nota é que os avanços para combater essa violência são lentos, são diminutos. Sinto aqui no próprio Estado de Roraima, aqui na capital, pois temos uma única delegacia de combate à violência contra a mulher. Essa delegacia só funciona até as quinze e trinta horas; não funciona no fim de semana, sendo que a incidência de violência contra a mulher é muito maior no fim de semana. Então, o Poder Público, quer seja local, quer seja em nível nacional, tem que efetivamente intensificar o combate à violência contra a mulher, porque isso é uma mancha, uma mácula na sociedade brasileira, na sociedade roraimense. Então, violência contra a mulher é algo que devemos nos preocupar, e nos preocupando efetivamente para que isso seja extirpado e eliminado da sociedade. Outra coisa que quero aqui também chamar atenção é que nesse próprio Plenário, quando se faz uma varredura dos vinte e quatro Deputados, temos apenas duas mulheres: a Deputada Aurelina Medeiros e a Deputada Ângela Portella. Gente, é pouco, haja vista que pelo menos 51% dos eleitores roraimenses são do sexo feminino, mas isso não tem reflexo na representatividade aqui dentro. E uma das coisas que a imprensa nacional tem mostrado ultimamente é que as grandes empresas, os empresários brasileiros e seus aglomerados econômicos não têm estimulado nem financiado a campanha das mulheres, como financiam a campanha dos homens. Essa é uma observação importante. Não sei por que, mas devem ter algumas razões objetivas ou subjetivas para explicar por que os empresários brasileiros não financiam, na mesma escala, na mesma grandeza, as campanhas das mulheres a qualquer cargo na República Brasileira. Portanto, é algo também que tem que ser quebrado, superado, porque a sociedade brasileira, desde 1500, tem sido sempre uma sociedade machista onde a predominância é do sexo masculino, haja vista que só na Constituição de 1932 que a mulher teve direito a votar. Só e somente só na Constituição de 1932, já no século XX, é que a mulher brasileira teve a oportunidade de votar. Portanto, fica aqui, nesta semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, dia 08 de março, as minhas congratulações, meu respeito, a consideração e, acima de tudo, a valorização da mulher no cenário político e econômico Nacional. Parabéns a todas as mulheres. Obrigado.

O Senhor Deputado Ivo Som - Senhor Presidente, Mesa Diretora desta Casa, amigos e amigas Parlamentares, Senhoras, Senhores, sejam bem-vindos. Quero iniciar parabenizando as mulheres, em especial a do meu Estado e quero desejar votos de sucesso, saúde e paz. O que seria dos homens se não fossem as mulheres? Quero deixar nesse momento, em nome de minha mãe Dona Iva, em nome da minha esposa Dona Leia, da minha filha Gabriela, das minhas irmãs Ivone e Ivanilza, um abraço em cada uma de vocês, especialmente em cada funcionária desta Casa que, com certeza, sabe o carinho e o respeito que tenho com cada uma.

Quero aqui parabenizar a Deputada Ângela e a Deputada Aurilena, que ontem representaram esta Casa na Sexta Semana Estadual da Mulher. Estávamos lá cedo e vimos como foi bonito a abertura daquele evento comandado pela Primeira Dama Sheridan de Anchieta, com uma vasta programação realizada na Faculdade Cathedral. Os trabalhos foram iniciados com uma oração proferida pela Pastora Marisa Barbosa e encerrados com as palavras da Pastora Margarete Martins, da Primeria Dama e coordenadora de todas as ações sociais do Governo.

Desde 2008, realizamos a Semana Estadual da Mulher e sempre comemoramos nossas programações com cultos devocionais ecumênicos, pedindo que Deus abençoe nossos trabalhos e que tenhamos êxito em todas as atividades. Com o tema deste ano, “Nossa fonte de nossa força, amor e carinho é a mulher”, queremos destacar o imensurável papel da mulher e a importância que cada uma tem no seu tema e com a sua vida na construção de uma sociedade mais fraterna e solidária, voltada, principalmente, para o amor ao próximo.

O versículo bíblico que diz: “Muitas mulheres são exemplares, mas você a todas superam. A beleza é enganosa. A formosura é passageira, mas a mulher que teme o Senhor sim, será sempre louvada e salva. Do fruto de suas mãos e deixam seu próprio trabalho louvá-las por onde quer que eu vá e qualquer porta se abrirá”. Então, para que tenhamos força para mais conquistas, nada melhor de que começar a semana louvando a Deus e ao Senhor e queremos dizer a todas as mulheres que vocês são o exemplo de vida, de força e de amor. Deixo a minha singela homenagem a todas as mulheres de Roraima que tanto contribuíram para o desenvolvimento do Estado. Gostaria de pedir a Presidência que não deixe passar esta data em branco para que possamos valorizar cada vez mais o elo mais importante de um ser humano, que é a mulher. Como seria da humanidade sem a mulher? É da mulher que se multiplica a humanidade. Quero agradecer a Deus e dizer que o mundo seria um vazio se não fosse a mulher. Que Deus as abençoe.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Não havendo mais oradores inscritos, passamos para a Ordem do Dia: discussão e votação em turno único da Mensagem Governamental de Veto nº 052/12, veto total ao Projeto de Lei nº 086/11, que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas terceirizadas vencedoras de licitações públicas, no âmbito do Estado de Roraima, a reservarem no mínimo 3% do total de vagas existentes na contratação de obras e de serviços aos sentenciados, e dá outras providências, de autoria governamental; Projeto de Resolução Legislativa nº 001/13, que altera dispositivos da Resolução Legislativa nº 003/12, que criou o Diploma Mulher Cidadã de Roraima, de autoria da Mesa Diretora; Moção de Pesar nº 006/13 aos familiares da Senhora Ana Sandra do Nascimento Queiro, pelo seu falecimento ocorrido no dia 02 do corrente nesta capital; Moção de Pesar nº 007/13 aos familiares da Senhora Nadir de Aguiar Castro, pelo seu falecimento ocorrido no dia 02 do corrente na cidade de Manaus-AM.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura de Mensagem Governamental de Veto nº 052/12, veto total ao Projeto de Lei nº 086/11.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - Lida a Mensagem Governamental de Veto nº 052/12, veto total ao Projeto de Lei nº 086/11.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloque em discussão a matéria.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, esse Projeto é um dos Projetos mais importantes que estão aqui na Casa para ser votado e vou explicar por que. Primeiro, é a ressocialização dos detentos; segundo, será o controle. Deputado Chagas, Vossa Excelência que é da área de segurança, se nós conseguirmos aprovar esse Projeto, a área de segurança do Estado terá o controle absoluto sobre aquelas pessoas que estão retornando para a sociedade. Então, há uma sociedade para recuperá-lo. Ele já sai com uma renda para satisfazer o mínimo de suas necessidades, para evitar que ele saia para roubar, porque ele já tem um respaldo de um salário por trás de si, para atender a sua família nas necessidades básicas. Outra, é o controle que o Estado passa a ter sobre esse cidadão durante o período que ele está trabalhando na empresa. Portanto, nesses dois aspectos, eu vejo da importância desse projeto no momento em que cresce bastante a violência em nosso Estado. Eu voto, para derrubar o Veto e em favor do Projeto do Deputado Xingú.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputadas, eu fiquei muito feliz ao ouvir o posicionamento do Deputado Joaquim Ruiz, porque ele foi no cerne da questão. É um dos maiores problemas que nós temos no tocante ao sistema penitenciário do Estado de Roraima, e quem fala é quem já foi Diretor da Penitenciária, já foi Secretário de Justiça e Cidadania, é no tocante àqueles reeducandos que têm o direito de trabalhar fora durante o dia e pernoitar no presídio durante a noite. As oportunidades de emprego, Deputado Remídio, aqui no Estado são poucas. Então, o que acontece quando o reeducando consegue o direito de trabalhar fora? Ele não consegue um emprego. E, aí se criou uma indústria do emprego de fachada para que ele possa sair durante o dia e ficar, em tese, trabalhando. Na verdade, muitos daí aproveitam a oportunidade, pois

como não conseguem um emprego de fato, talvez um amigo empresário assine uma proposta de emprego para ele poder sair, e ele fica perambulando pela cidade, aí muitos desses acabam praticando outros delitos e furtos e, até mesmo, de roubo. Então, esse projeto do Deputado Xingú é fruto de uma visita nossa à Penitenciária e lá sugerimos esse projeto, nós todos membros da Comissão de Direitos Humanos, e o Deputado Xingu foi feliz no sentido de acatar essa sugestão, botar isso no papel e transformar em projeto que, diga-se de passagem, é um projeto que vem sendo incentivado pelo Ministério da Justiça e em muitos Estados já foi adotado lei semelhante. Na prática, as empresas terceirizadas que ganharam a licitação vão ter que destinar, pelo projeto, apenas 3% das vagas. Então, a empresa que tiver 100 pessoas contratadas, vai ter que destinar 03 vagas e nós sabemos que o Estado tem mais de duas mil pessoas terceirizadas e, com certeza, nós vamos dar uma oportunidade para que esse reeducando realmente saia do presídio para trabalhar e não para ficar perambulando. Por isso, esse projeto foi aprovado por unanimidade nesta Casa, mas depois recebeu o Veto do Governo, mas sabemos, também, que houve entendimento no sentido em que o projeto seja aproveitado no sentido da rejeição ao Veto. Por isso, também, que nós, conhecendo toda essa temática, ao relatarmos o Veto, opinamos pela sua rejeição e, desde já, solicitamos a todos os Deputados que assim procedam, para que a gente possa dar mais um instrumento para que a Secretaria de Justiça e Cidadania do nosso Estado, possa aplicá-la em proveito do sistema prisional. Era isso. Obrigado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, como bem falou o Deputado Joaquim e o Deputado Chagas, este projeto surgiu de uma visita da Comissão de Direitos Humanos ao Sistema Penitenciário. E lá, ouvindo as lideranças dos detentos, foram relatadas as dificuldades dos detentos, já podendo lançar mão da progressão de pena ou o benefício de arrumar um emprego, trabalhando durante o dia e voltar à noite para dormir. Lembro-me muito bem naquele momento que houve um entendimento dentro da Comissão de Direitos Humanos da necessidade desse projeto. Então, não tem o que se discutir. As estatísticas mostram para a Secretaria de Segurança que boa parte da criminalidade esta relacionada diretamente a detentos que saem durante o dia e ficam na ociosidade na capital ou no interior sem uma atividade. Isso leva essas pessoas a cometerem novos crimes. Eu acho que esse projeto só vem ajudar muito mais o sistema de segurança pública a diminuir a violência que a cada dia nós temos percebido que tem aumentado mais. Então, a bancada de oposição vota sim. Esse é o nosso posicionamento. Como membro da comissão de Direitos Humanos, Deputado Xingu, estamos de parabéns por essa iniciativa, principalmente Vossa Excelência, por ter criado esse projeto. Foram feitas articulações necessárias para aprová-lo. O Governo do Estado, hoje, tem lançado a contratação de empresa terceirizada para de um tudo. Fica só a preocupação, Deputado Xingú, que o Governo não cumpra para com essas empresas o pagamento desses trabalhadores, tanto dos detentos, como dos não detentos, visto que muitos deles estão sem receber seus salários há dois, três meses. Mas é uma outra questão! O projeto em si, vale a pena, é salutar, vem ajudar ainda mais o Sistema de Segurança, para controlar de perto esses detentos que saem para trabalhar durante o dia. O nosso voto é sim. Sugiro aos colegas da oposição para derrubarem o veto.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Quero dizer aos Senhores Deputados que nós não estamos votando o projeto, mas o veto ao projeto. Com a palavra o Deputado Xingu.

O Senhor Deputado Xingu – Deputado Chico Guerra, Presidente da Assembleia, como falou o Deputado Chagas e o Deputado Sampaio, este projeto nasceu de uma visita que nós fizemos à Penitenciária Agrícola. E nós ouvimos todos os detentos e o diretor do presídio e chegamos a um consenso que este projeto se encaixa dentro do perfil da Segurança Pública. A semana passada eu estive com o Secretário de Segurança e o Delegado Geral, e ele me disse que 99% dos assaltos a postos de gasolina, à residência, a carros etc. são praticados pelos reeducandos. E hoje, às seis horas da manhã, o Estado de Roraima colocou mais de 400 reeducandos nas ruas. E eles estão por aí. E o Estado não tem o controle desses reeducandos, não sabe onde eles estão e o que estão fazendo. É aí que este projeto vem fazer com que o Estado tenha o controle desses reeducandos e possa fiscalizar o que eles estão fazendo. No momento em que ele for trabalhar na empresa, a Secretaria do Estado de Justiça e Cidadania vai pegar uma Assistente Social e vai à empresa saber onde o José está trabalhando; se ele chegou bêbado, o que ele está fazendo na empresa, se ele está tendo frequência ou não. E aí, certamente, o índice de criminalidade na

capital vai diminuir.

Com relação à Cadeia Feminina, nós também visitamos, Deputado Sampaio. 95% das detentas presas naquele sistema prisional são pessoas que praticaram crime de tráfico de drogas. Ou seja, aquela mulher que está vulnerável, não tem dinheiro para sustentar seus filhos, é induzida pelo amante, que em nome do amor a leva para o mundo do crime e o amor acaba quando ela vai presa. Este projeto vem para ajudar e não para atrapalhar. Espero que meus pares entendam que este é um presente que todos os Deputados hoje vão dá ao sistema de segurança pública e à sociedade do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) - Não havendo mais nenhum Deputado que queira discutir, coloco em votação. A votação será eletrônica e secreta. Votando "sim", os Senhores Deputados estarão aprovando o Veto e votando "não", os Senhores Deputados rejeitam o Veto.

Comunico aos Senhores Deputados que, nos termos do parágrafo 3º do artigo 254 do Regimento Interno a matéria precisa de um terço dos votos, portanto, 13 votos "não".

Solicito abertura do painel para votação.

Dou por rejeitado em turno único a Mensagem Governamental de Veto nº 052/12.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Projeto de Resolução nº 01/13 e Parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - (Lido o Projeto de Resolução 01/13 e Parecer).

O Senhor Presidente (Chico Guerra) - Em discussão. Não havendo nenhum Deputado que queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica, votando "sim", os Senhores Deputados aprovam a matéria e votando "não", os Senhores Deputados rejeitam a matéria.

Dou por aprovado em turno único o Projeto de Resolução 01/13.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura de Moção de Pesar nº006/13 aos familiares da Senhora Ana Sandra do Nascimento Queiroz, pelo seu falecimento ocorrido no dia 02 do corrente nesta capital; Moção de Pesar nº 007/13 aos familiares da Senhora Nadir de Aguiar Castro, pelo seu falecimento ocorrido no dia 02 do corrente na cidade de Manaus-AM.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - (Lida Moção de Pesar nº006/13).

O Senhor Presidente (Chico Guerra) - Em discussão. Não havendo nenhum Deputado que queira discutir, coloco-o em votação. A votação será simbólica, votando "sim", os Senhores Deputados aprovam a Moção de Pesar e votando "não", rejeitam-na.

Dou por aprovado a Moção de Pesar nº006/13.

Em discussão a Moção de Pesar nº 007/13. Não havendo nenhum Deputado que queira discutir, coloco-o em votação. A votação será simbólica: votando "sim", os Senhores Deputados aprovam a Moção de Pesar e votando "não", rejeitam-na.

Dou por aprovada a Moção de Pesar nº 007/13.

Gostaria da atenção dos Senhores Deputados para a seguinte matéria. Cria a Comissão Externa, nos termos do ato normativo 01/12 e Requerimento 015/12, para ouvir o Senhor Sebastião Camelo Sena Filho, Diretor-Presidente da CAER, composta pelos seguintes Deputados: Ionilson Sampaio, Gabriel Picanço, Remídio Monai e Soldado Sampaio. Nos mesmos termos, a composição de Comissão Especial Externa para ouvir o Senhor Raimundo Nonato Mota Filho, Presidente da Agência de Fomento do Estado de Roraima, composta pelos seguintes Deputados: Marcelo Cabral, Coronel Chagas, Dhiego Coelho e Ivo Som. Nos mesmos termos, a composição da Comissão Especial Externa para ouvir o professor Doutor José Hamilton Gondim, Magnífico Reitor da Universidade de Roraima, composta pelos seguintes Deputados: Joaquim Ruiz, Flamarion Portela, Célio Wanderley, Jalser Renier, Célio Wanderley e Mecias de Jesus. E a criação de Comissão Especial Externa para ouvir a Senhora Conceição

Santana Barros Escobar, Diretora- Presidente da Companhia Energética de Roraima – CERR, composta pelos seguintes Deputados: Aurelina Medeiros, Ionilson Sampaio, Gabriel Picaço, Marcelo Natanael e Coronel Chagas. Nos mesmos termos, criação de Comissão Especial Externa para ouvir o Senhor Clodezir Bessa Filgueiras, Diretor-Presidente da Junta Comercial do Estado de Roraima, composta pelos Senhores Deputados: Jalser Renier, Brito Bezerra, George Melo, Chicão da Silveira e Jean Frank. Nos mesmos termos, criação de Comissão Especial Externa para ouvir o Senhor Daniel Gianluppi, Presidente do Instituto de Amparo à Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima, composta pelos seguintes Deputados: Erci de Moraes, Aurelina Medeiros, Flamarion Portela, Soldado Sampaio. E a criação de Comissão Especial Externa para ouvir o Senhor Barac da Silva Bento, Presidente do Instituto de Pesos e Medidas de Roraima – IPEM, composta pelos seguintes Deputados: Jalser Renier, Jean Frank, Chicão da Silveira, Brito Bezerra e Flamarion Portela.

Passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente convido os membros da Comissão da Educação para uma reunião no dia 06 do corrente, às 14:30 h, na sala de reuniões, com a presença da Secretaria de Educação, do SINTER, da Promotora Pública, Doutora Érica, que cuida da área da educação, para debatermos da falta de professores nas escolas.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Senhor Presidente, convido os membros da Comissão de Orçamento para amanhã, às 15:30, para tratarmos de assunto que se encontra pendente.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Convido os Senhores Deputados Flamarion Portela, Aurelina Medeiros, Coronel Chagas, Jalser Renier, Chicão da Silveira e Brito Bezerra, para deliberar matérias que se encontram na Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Deputado Chicão da Silveira – Senhor Presidente, Senhores Deputados, a democracia ela se exerce com a escolha e direito da maioria. A minoria, às vezes, tem que ficar calada, mas eu não poderia deixar de registrar a minha insatisfação, tristeza, quando vejo este Plenário aprovar totalmente uma matéria inconstitucional e ilegal. É louvável a preocupação do Deputado Xingú quanto à segurança pública do nosso Estado. Vou dar um exemplo: eu tenho uma empresa rural e um amigo meu pediu uma declaração para um cidadão para sair da cadeia. A primeira vez que ele foi na minha fazenda, Presidente, ele teve a capacidade de roubar a canoa e o motor, e nunca mais eu vi esse infeliz. Eu quero saber dos Senhores Deputados ligadas ao governo se Vossas Excelências vão dá 3% das vagas para os detentos.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Senhor Presidente, gostaria de convocar os Membros da Comissão de Agricultura: Erci de Moraes, Naldo da Loteria, Ângela Águida Portella, Brito Bezerra e Marcelo Cabral, para uma reunião hoje, às 15 horas, na sala de reunião.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Não havendo mais nenhum Deputado que queira usar de Explicações Pessoais.

Comunico aos Senhores Deputados que o pedido do requerimento do Deputado Joaquim Ruiz foi acatado: Comissão Especial Externa para ouvir o Senhor Diretor-Presidente do DETRAN-RR, composta pelos seguintes Deputados: Coronel Chagas, Flamarion Portela, Joaquim Ruiz, Mecias de Jesus e Jalser Renier.

E, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão, e convoco outra para o próximo dia 06, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Jalser Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai e Soldado Sampaio.

Aprovada Ata Sucinta em: 06/03/2013



APROXIMANDO
O PODER LEGISLATIVO
DA POPULAÇÃO.

